

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e dezanove.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Boa tarde a todos. Bem-vindos a mais esta Sessão da Assembleia Municipal.

Dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não estava presente o Sr. Deputado Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa.

Igualmente a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Sra. Deputada Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara também não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Sra. Deputada Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Dr. André Duarte Pereira.

Igualmente o Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa estava ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também não está presente.

Igualmente o Sr. Deputado Nuno Rafael não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Sra. Deputada Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas estava igualmente ausente e apresentou a respetiva justificação.

Igualmente o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia também estava ausente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia Sr. Joaquim Adelino da Costa Garcia.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, também estava ausente e foi substituído pela vogal da Junta de Freguesia Dra. Ana Paula Vieira da Silva.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Antes de prosseguir quero saudar a Comunicação Social. É bom que estejam aqui connosco porque é uma forma dos nossos eleitores terem facilmente acesso aos trabalhos desta Assembleia Municipal que os representa a todos.

Passamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de quinze de fevereiro de dois mil e dezanove e pergunto se há alguma alteração ao teor da ata.

Não havendo alterações ao teor da ata passávamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de quinze de fevereiro de dois mil e dezanove, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea t) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Memorando de entendimento entre a Cidade de São Sebastião, Brasil e a Cidade de Oliveira do Hospital para estabelecer a relação de Cidades Irmãs.

III - Apreciação e votação, nos termos da alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de revogação da deliberação tomada na Sessão da Assembleia Municipal de 28/12/2018 dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de verbas - Apoio às Freguesias - Investimentos de Capital.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Revisão do Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade.

VI - Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências).

a) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de não-aceitação da transferência de competências relativas à Saúde (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro), sem definição do prazo limite e bem assim em relação à Educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

b) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aceitação da transferência de competências relativas à Saúde (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro), e bem assim em relação à Educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), para as entidades intermunicipais (CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra).

c) Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de recusa, para

2020, da transferência de competências nas áreas de habitação (Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro); vias de comunicação (Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro) e património imobiliário público sem utilização (Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro), Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos (Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro) e Cultura (Decreto-Lei n.º 22/2019).

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à ata da última Sessão de final do mês de abril ela ainda não está finalizada e por isso será apresentada e votada na próxima Sessão.

Antes de passarmos às inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia quero referir o seguinte: Não posso deixar de assinalar a importância que eu confiro à eleição do Presidente da nossa Câmara Municipal para Presidente da Comunidade Intermunicipal do Centro. O nosso Presidente da Câmara Municipal foi eleito por unanimidade por Presidentes de Câmara de áreas partidárias distintas e para mim isso é um sinal de reconhecimento.

Oliveira do Hospital é um Município com mais de vinte mil habitantes e temos na Comunidade Intermunicipal do Centro municípios com uma outra dimensão e com uma outra importância mas foi o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital que reuniu a confiança dos seus pares para ser eleito. Sinto-me orgulhosa por isso porque penso que esta distinção honra o nosso Município.

Quero também assinalar o seguinte: Tenho-me apercebido que tem havido bastante atividade na área cultural e na área desportiva e, apesar de não ter tido oportunidade de participar, tenho cá pessoas de família que me vão transmitindo informação e, também vou lendo. Tivemos as Marchas Populares, a Feira do Livro, a Festa da Zona Histórica, vários eventos desportivos. Considero isto bastante positivo para a qualidade de vida das pessoas e para o desenvolvimento do nosso Concelho.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho apresentar uma Moção. Acabei de entregar à Mesa da Assembleia Municipal alguns exemplares para serem distribuídos pelos representantes dos partidos com representatividade nesta Assembleia e pela Comunicação Social.

Na última Sessão da Assembleia Municipal fomos surpreendidos com um pedido de licenciamento de prospeção de depósitos minerais, com especial atenção para o lítio. E é sobre este assunto que volto a intervir.

Em primeiro lugar quero agradecer à Presidente de Junta de Freguesia do Seixo da Beira, Margarida Claro, pela diligência oportuna com que alertou esta Assembleia para a circunstância de estarmos na mira de um gigante mundial de exploração de minério.

Em segundo lugar venho retomar a sugestão que fiz quanto à criação de uma Comissão Municipal Multidisciplinar e Multipartidária para que a Assembleia Municipal possa acompanhar e aprofundar este processo de forma imparcial e independente, sem prejuízo das ações que a Câmara Municipal no âmbito das suas competências possa ter desenvolvido ou venha a desenvolver sobre este tema.

Venho ante vós apresentar uma proposta de deliberação para a criação da primeira Comissão Municipal de Oliveira do Hospital com o propósito de acompanhar o processo de pedidos de licenciamento de prospeção e possível exploração de depósitos minerais na nossa região.

Neste sentido, sem mais demoras, e se a digníssima Mesa da Assembleia Municipal me permitir, passo a apresentar esta proposta de deliberação:

“Considerando que em consequência da globalização das cadeias de abastecimento de matérias-primas e da crescente procura de depósitos minerais que satisfaçam as necessidades industriais mundiais, Portugal foi envolvido na nova corrida pelos minérios mais cobiçados da atualidade;

Considerando que esta nova realidade nacional impõe que vários territórios sejam visados em pedidos de prospeção de recursos minerais e que, em alguns casos, já foram emitidas licenças de extração de substâncias minerais;

Considerando que, embora o lítio seja o mineral que motiva o número crescente de pedidos de licenças de prospeção por todo o país, estes pedidos devem ser analisados na dimensão a que se propõem;

Considerando que, de acordo com o Aviso nº 6518/2019, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 70, de 9 de abril de 2019, a empresa australiana Fostescue Metals Group Exploration Pty Ltd., requer a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais

metálicos associados, numa área denominada por “Boa Vista”, que abrange cerca de um terço do nosso Concelho incidindo sobre sete das dezasseis Freguesias;

Considerando que, por unanimidade, a Câmara Municipal apresentou junto da Direção-Geral de Energia e Geologia oposição à eventual prospeção e pesquisa de depósitos minerais;

Considerando que o Concelho de Oliveira do Hospital poderá ter de tomar, ou enfrentar, decisões, onde é essencial que os órgãos políticos do Município e a comunidade estejam informados, contribuindo para se garantir o desenvolvimento sustentável dos territórios;

Considerando que é imprescindível criar, através de um trabalho multidisciplinar e que congregue as diferentes forças políticas, massa crítica no seio da Assembleia Municipal com vista a tomadas de posição informadas e ponderadas;

Considerando a necessidade de eficiência na obtenção de informação pelos Órgãos do Município e a conveniência de uma partilha institucional da reflexão;

A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artigo 26º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e da alínea k), do nº 1, do artigo 2º do seu Regimento, delibera o seguinte:

1 - É constituída a Comissão de Acompanhamento da prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados no Concelho de Oliveira do Hospital, doravante designada de Comissão.

2 - A Comissão tem como missão aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre os impactos da prospeção bem como da eventual exploração dos referidos depósitos minerais.

3 - Para o cumprimento da sua missão, a Comissão pode desenvolver todas as ações que considere necessárias, desde que as mesmas não se sobreponham ao normal exercício das competências da Câmara Municipal na matéria em causa.

4 - A Comissão é composta por:

a) Um representante da Mesa da Assembleia Municipal que preside a Comissão;

b) Um Presidente de Junta de Freguesia indicado pelos Presidentes de Junta de Freguesia;

c) Por um representante de cada grupo parlamentar.

5 - A Câmara Municipal pode, quando se justifique, ser convidada a participar nas sessões de trabalho da Comissão.

6 - A Câmara Municipal presta todo o apoio logístico necessário ao funcionamento da Comissão.

7 - A Comissão deve realizar a sua primeira reunião no prazo de trinta dias após a presente deliberação.

8 - Os grupos parlamentares devem indicar o seu representante até à realização da primeira reunião da Comissão.

9 - Na primeira reunião a Comissão aprova o seu regimento e o seu plano de trabalhos.

10 - A participação na Comissão não confere a qualquer dos seus membros direito a senhas de presença, despesas de representação ou qualquer outro tipo de remuneração.

11 - A Comissão extingue-se no final do presente mandato autárquico ou com a extinção do seu objeto.

12 - Deve ser dado conhecimento da criação da Comissão, juntamente com os respetivos contactos, às Assembleias de Freguesia do Concelho, às Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia dos concelhos limítrofes, ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética, ao Secretário de Estado da Energia e à Direção-Geral de Energia e Geologia.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Temos aqui uma proposta de deliberação sobre um assunto importante. Como ouvimos foi considerado de interesse que o mesmo seja aprofundado numa base de maior conhecimento sobre o tema. A Câmara Municipal tomou a posição que foi divulgada ou seja, fez uma reclamação fundamentada.

Esta proposta de deliberação que me foi previamente apresentada parece-me oportuna e útil porque nos permitirá saber mais sobre o tema para nos podemos posicionar. Este tema é referente a uma matéria técnica e há regiões no País que já têm um histórico relacionado com este assunto.

Também quero aqui dizer o seguinte: Há potenciais impactos associados à exploração de lítio, embora por enquanto não está aqui em causa a exploração de lítio, o que está em causa é a prospeção. A prospeção tem muitíssimo menos impactos, ou nem terá impactos muito significativos, mas não é isso que

interessa, e percebo que desde já temos que nos posicionar relativamente aos eventuais impactos associados à exploração. Também é um facto que estamos a falar de um recurso, em concreto o lítio, que hoje, também por razões ambientais, está valorizado e, por isso não é fácil posicionar-nos. É necessário conhecer mais sobre a globalidade do assunto, saber o que está a ser feito no País, conhecer os diversos posicionamentos inclusivamente as linhas de política. Acho que tudo isso é importante.

Dito isto, está aberto um curto período de debate e aprofundamento sobre este assunto antes de o submetermos à votação.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Quero reconhecer a posição tomada pela Câmara Municipal neste processo e que não deixou margem para dúvidas: Uma oposição frontal e sem nenhum aspeto dúbio.

Esta proposta de deliberação que agora foi apresentada é uma grande oportunidade para que esta Assembleia Municipal assuma de forma esclarecida as suas responsabilidades e terá, naturalmente, o meu voto a favor.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este assunto quero dizer que não deixo de estar de acordo com esta proposta.

A Câmara Municipal já tomou a sua posição acerca desta matéria mas acho que a constituição desta Comissão é bom para aprofundar e para eventualmente trazer a esta Assembleia Municipal maior conhecimento sobre todas as matérias envolventes nesta questão da prospeção e eventual exploração do lítio ou outros minerais.

Na proposta apresentada é solicitada a indicação de um Presidente de Junta para a composição da Comissão. Obviamente que não venho falar em nome do Presidente de Junta porque não estou mandatado para isso mas a minha União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira é um dos territórios que é praticamente a 100% considerado como local para eventual prospeção ou exploração e na vizinha Freguesia de Seixo da Beira passa-se exatamente a mesma coisa. Somos, das sete freguesias, as que irão ter maior incidência de prospeção ou eventual exploração. Por esse facto, não sugiro o

meu nome porque me ficaria mal mas, se estivessem de acordo, e até porque foi ela que na última Sessão da Assembleia Municipal falou sobre esta questão, sugeria para a composição da Comissão a Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Isabel Margarida Neves Claro Ferreira.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte intervenção:

“A exploração do lítio provoca vários impactos ambientais que são bastante relevantes e, como tal, também me revejo na posição que foi tomada pela Câmara Municipal.

Esta Comissão pode ser a oportunidade ideal para conferir aos Deputados Municipais os conhecimentos necessários para defender o nosso território da melhor maneira.

Esta Comissão terá a minha aprovação, e penso que também deverá ter a vossa, porque é uma oportunidade ideal para defender o nosso território e mostramos que esta é uma instituição séria e é uma instituição onde se trabalha em prol dos Oliveirenses.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Naturalmente que vou votar a favor esta proposta com a esperança que esta Comissão nos consiga ajudar a perceber as vantagens e desvantagens concretas da prospeção e extração de lítio.

Isto é uma “pescadinha de rabo na boca” porque temos preocupações ambientais e precisamos do lítio, mas para extrair o lítio vamos ter impactos ambientais fortíssimos e espero que esta Comissão nos consiga ajudar a perceber as vantagens e desvantagens para podermos ponderar a nossa posição final.

Em relação à proposta e quando é referido “um membro de cada Junta de Freguesia”. Uma questão de pormenor só para acrescentar “um membro das sete Juntas de Freguesia que a área abrange”, é só acrescentar isso porque parece que é das dezasseis Freguesias, pelo menos foi o que foi lido.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer ao Sr. Vereador por ter levantado este ponto. De facto a ideia essencial desta Comissão é ser multipartidária, imparcial, independente e

gostaria de ver acolhida aqui a representação da CDU, contudo a CDU não tem grupo parlamentar nesta Assembleia. A ideia é ter cada grupo parlamentar representado, é ter os Presidentes de Junta representados, das freguesias afetadas e das que não são afetadas porque as que não são afetadas agora poderão vir a ser afetadas no futuro.

A Comissão deve ser pautada de uma atividade moral que tenha especial atenção ao facto de haver um Presidente de Junta que é de uma força partidária diferente e de acolher as opiniões deste Presidente de Junta como devem ser acolhidas as outras opiniões de todos os outros. Para o funcionamento desta Comissão em número ímpar com todas as peças desta Assembleia dignamente representadas julgo que seria esta a melhor maneira.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Também levantou agora essa questão da paridade. A Comissão com o formato com que está tem um número ímpar e o que está a dizer era que se introduzisse um representante da CDU teríamos um número par e teríamos que resolver o problema de outra forma mas isso era uma questão do próprio regulamento prever como por exemplo votos de qualidade.

Para mim o fundamental é que esteja de acordo com a legislação e eu nesta matéria não estou habituada a estas especificidades.

O Objeto desta Comissão é ser o mais abrangente possível mas tem que se reger por regras e também não podemos começar a tentar fazer aqui caber aquilo que depois não é conformável.

Portanto, nessa base e o próprio subscritor já veio prestar os esclarecimentos, ficará para ser indicado um representante de cada Grupo Parlamentar e não propriamente de cada força política.

Já intervieram sobre o assunto todos os inscritos e considero por isso que a Assembleia está esclarecida relativamente ao objeto desta Comissão.

A existência desta Comissão vai carrear informação até porque como Comissão da Assembleia Municipal tem legitimidade para ser recebida por entidades e para pedir esclarecimentos que um cidadão de per si, por muito interessado que seja, não tem esse acesso. Esperamos que os constituintes da Comissão nos tragam uma recolha de informação tratada e acessível para todos ficarmos mais documentados sobre este assunto e com mais condições de nos posicionarmos relativamente a eventuais futuros desenvolvimentos.”

Efetuada a votação, a proposta para constituição da Comissão de Acompanhamento da prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados no Concelho de Oliveira do Hospital foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Agora que a Comissão está aprovada vamos à parte da composição e designação dos representantes: A Comissão é composta por um representante da Mesa da Assembleia Municipal que coordena a Comissão, pelo Presidente de Junta de Freguesia indicado pelos Presidentes de Junta de Freguesia e por um representante de cada grupo parlamentar.

E diz aqui também o seguinte: A Comissão deve realizar a sua primeira reunião no prazo e trinta dias após a presente deliberação. Os Grupos parlamentares devem indicar o seu representante até à realização da primeira reunião da Comissão. Na primeira reunião a Comissão aprova o seu Regimento e o seu plano de trabalhos. A Câmara Municipal pode, quando se justifique, ser convidada a participar nas sessões de trabalho da Comissão. A Câmara Municipal presta todo o apoio logístico necessário ao funcionamento da Comissão.

Como quem vai presidir é um dos elementos da Mesa da Assembleia convém que seja depois comunicado o representante de cada grupo parlamentar e o representante das Freguesias.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“A ideia do representante dos Presidentes de Junta é mesmo o representante de todos os Presidentes de Junta quer sejam freguesias afetadas ou não afetadas.

Relativamente à eleição do representante dos Presidentes de Junta recomendaria que a eleição fosse feita agora por uma questão logística. Relativamente à nomeação do representante da Mesa eu penso que a Mesa será soberana de indicar o representante a qualquer momento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela recente eleição como Presidente da CIM região Centro. Esta eleição é realmente um reconhecimento das suas capacidades, é um reconhecimento pelos seus pares da sua competência e o Concelho deve sentir-se honrado por este motivo.

Depois queria também felicitar a Câmara Municipal pelas várias iniciativas em que se tem empenhado.

Há cerca de um ano fiz aqui uma viagem pelo Concelho e desta vez senti-me também motivado porque de vez em quando ouvimos aqui umas críticas: Não há obras, não se faz nada essas coisas que de vez em quando ouvimos. Eu comecei ali pela zona da Bobadela e vejo que a Rua Virgílio Ferreira está em obras. Depois venho à Zona Industrial e verificamos que a Câmara tem feito aquisição de terrenos que a Zona Industrial está em ampliação o que significa obras. Depois chegamos aqui à estação de camionagem e a parte de trás e a zona circundante está em obras. Tenho a certeza que vai ser inaugurada a ETAR da cidade.

Afinal, parece-me que há obras! Daqui a algum tempo espero não ouvir algumas críticas a dizer que isto está transformado num estaleiro e só há buracos por todo o lado.

Também há outras situações que com todo o respeito e não me quero substituir aos Srs. Presidentes de Junta mas queria falar em duas ou três situações que enquanto Deputado Municipal também me preocupam a mim e a todos nós com certeza: Temos a entrada sul de Lagares da Beira e com certeza a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira vai falar neste assunto mas também queria lembrar que é uma necessidade urgente aquela entrada de Lagares porque é das poucas coisas que estão por fazer;

A estrada entre Penalva de Alva e São Gião, a estrada 514, é uma estrada que necessita também com alguma brevidade de reparação;

Depois temos aquela que já foi falada aqui várias vezes, a estrada de Alvoco das Várzeas, a nacional 230, que também necessita de reparação. E como já disse não me querendo substituir aos Srs. Presidentes de Junta mas enquanto Deputados Municipais também temos que ir lembrando estas situações e por isso queria lembrar o Sr. Presidente da Câmara Municipal para ver o que é que pode fazer.

Tenho visto algumas iniciativas em muitas Freguesias vai-se fazendo alguma coisa certamente não é aquilo que se quer mas é aquilo que é possível e

isto devido às transferências no âmbito dos protocolos que se têm feito e à atenção que tem havido da Câmara Municipal para com as Freguesias.

Gostava de deixar isto aqui assinalado porque criticam porque não se faz mas afinal vai-se fazendo e apesar dos maus momentos que passámos têm-se feito algumas obras nas Freguesias e também na Cidade de Oliveira do Hospital estão a fazer-se muitas obras.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Raul veio falar num ponto que eu também queria falar mas eu vou um bocadinho mais além: Essa entrada de Lagares da Beira necessita de uma intervenção, e todos nós que ali entramos já apanhámos grandes sustos. Essa intervenção carece, no meu entender, de uma rotunda ou a colocação de lombas reguladoras de velocidade, antes e depois do cruzamento. Só alcatroar a Rua 21 de junho ou alargar não chega, temos que pensar na segurança. Penso que a rotunda será mais difícil de concretizar e mais dispendiosa e, por isso, duas lombas imediatamente antes da curva no sentido Oliveira do Hospital/Lagares da Beira e outra na reta a descer antes do cruzamento parece-me viável e aumenta substancialmente a segurança.

Não podia deixar de dar os parabéns à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital pela organização da Festa na Zona Histórica que com grande pena minha não pude vir e tive conhecimento do que aqui aconteceu por algumas pessoas das minhas relações que vieram pela primeira vez a Oliveira do Hospital e que me transmitiram com agrado o que aqui aconteceu. Com esta festa aumentou-se o número de camas ocupadas, o número de mesas ocupadas nos restaurantes, dinamizou-se o comércio local.

Não tive possibilidade de vir a nenhuma Assembleia desde a Assembleia onde foram anunciadas as obras na Zona Histórica e tenho que congratular a vontade e o intuito do Município pretender encontrar soluções para camas destinadas aos estudantes universitários que é uma reivindicação do grupo parlamentar do PS ainda no tempo do Executivo anterior.

Congratular também a candidatura feita para o alargamento dos espaços com acesso de internet, aproveito para perguntar em que estado é que está a candidatura, que também era uma reivindicação que nós vínhamos fazendo já no Executivo anterior.

Relativamente à EXPOH é claro que tem sido feito o possível dentro dos condicionalismos regionais e financeiros e estamos de parabéns pelas

organizações que têm sido feitas ao longo dos anos, embora eu ache que nós devemos empenhar-nos cada vez mais e temos que tentar aproximar a EXPOH da EXPOFACIC e não da Feira de Arganil. Espero que continuemos a conseguir chegar a esse patamar.

Para terminar queria reiterar a recomendação que fiz na minha última intervenção ao Executivo de procurar encontrar um espaço algures no Concelho para podermos ceder presenças artísticas às várias entidades que operam nessa área das artes, música, teatro, etc, porque, de facto, nós temos trazido alguma cultura a Oliveira do Hospital mas devemos começar a pensar em trazer mais cultura e cultura de maior qualidade. Essa será uma forma de conseguirmos trazer a custo muito reduzidos para Oliveira do Hospital e para as nossas gentes a possibilidade de acederem a eventos culturais de qualidade que ou vão vê-los a Lisboa ou ao Porto ou não terão acesso a eles. É uma proposta que eu defendo há já alguns anos e que devíamos ser nós a pegar nisto e não deixar para o futuro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui prende-se com três considerações: A primeira é para fazer um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal ao seu Executivo e aos Serviços Técnicos pelo facto da Praia Fluvial da Ilha do Picoto de Avô pela primeira vez ter o galardão de Bandeira Azul. Para além de Praia Acessível pela primeira vez tem o galardão de Bandeira Azul.

A segunda consideração também é relacionada com a Ilha do Picoto: O desassoreamento que está a ser feito já há duas semanas na bacia hidrográfica para além de outras obras que se irão realizar nas zonas ribeirinhas e que estão relacionadas com a verba que veio da APA.

A terceira consideração também é relacionada com a Ilha do Picoto: No passado dia quinze e dezasseis de junho um jovem de Avô de apenas vinte e um anos com o seu *staf* conseguiu organizar, pela segunda vez, um evento que tem a ver com *tuning*, onde no ano passado apenas teve vinte e oito participantes mas este ano teve setenta participantes: Vieram participantes de várias partes do País: Braga, Vila do Conde, Paços de Ferreira, Figueira da Foz, Leiria. Estes participantes visitaram Avô, vieram conhecer a Ilha do Picoto e vieram conhecer o Concelho de Oliveira do Hospital. O Município de Oliveira do Hospital na pessoa do Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Nuno Ribeiro e a Junta de Freguesia estiveram presentes.

Gostaria também de focar aqui um outro aspeto, que o Presidente de Junta de Alvoco das Várzeas também já referiu, e que é a questão da fibra ótica: Em Avô, na Quinta da Tapada, há um Senhor que através do Programa Valorizar está a criar um espaço de Turismo de Habitação em Espaço Rural que irá abrir brevemente mas a questão da fibra ótica faz muita falta. Neste momento tem sete quartos na fase final de construção e precisará de pôr televisão em todos os quartos e precisa de fibra ótica. Tenho ouvido na televisão que a Altice investiu cerca de dez milhões de euros da Covilhã para cá mas a Avô ainda não chegou nada. Derivado a esse empreendimento que irá surgir, e não peço nenhuma via rápida nem nenhuma autoestrada, peço um estradão que para além de favorecer este empreendimento irá favorecer a população que ali habita e poderá salvar a vida das pessoas e os imóveis.

Gostaria de convidar todos os presentes para a cerimónia de içar a Bandeira Azul e a Bandeira de Praia Acessível que se vai realizar na próxima terça-feira, dia dois, ao meio dia e meia em Avô.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal o que me traz aqui são algumas preocupações referentes à União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira que passo a citar:

Em primeiro lugar, como já tenho vindo a referir nas minhas intervenções aqui na Assembleia, é uma preocupação relacionada com as linhas de água que foram destruídas pelos incêndios, mais precisamente uma linha de água na Ribeira de Santiago e depois temos mais uma em Vila Pouca da Beira. Estas linhas de água encontram-se destruídas seguem o seu curso natural e quando existe alguma precipitação ou um caudal muito elevado acaba por degradar a zona fundeira especialmente a Digueifel. Esta é uma preocupação que gostava que tivesse alguma resolução.

A segunda preocupação prende-se com a mobilização de máquinas niveladoras e retroscavadores para a nossa União das Freguesias. Nós temos alguns caminhos degradados e quando houver disponibilidade gostaríamos de ter estas máquinas disponíveis.

A terceira preocupação prende-se com a intervenção na estabilização de taludes e a limpeza e retificação pontual de pavimento na Estrada Municipal que liga a Ponte das Três Entradas a Santa Ovaia e a Estrada Municipal que liga

Vila Pouca da Beira à Digueifel, especialmente esta estrada da Digueifel que tem uma série de buracos no pavimento que deveriam ser retificados e a sua limpeza nos seus limites. A estrada da Ponte das Três Entradas para Santa Ovaia carece da mesma intervenção.

Foi feito o saneamento público na EN 17. Em todas aquelas ruas perpendiculares que fazem parte da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e mais concretamente em Santa Ovaia perguntam-me se já existe ligação àquele troço e por isso pergunto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal quando é que prevê fazer essa ligação?

Desde os incêndios que há uma necessidade de ter os meios de combate, especialmente esta rede de combate de incêndios nas aldeias, com os seus hidrantes e bocas-de-incêndio em resposta quase na hora. Há aqui a preocupação de verificarmos as redes de combate de incêndio em especial na minha União de Freguesias para o caso de alguma ocorrência poder usá-las para combater bem como as suas acessibilidades. Esta é uma das minhas preocupações.

Venho reforçar o que o Presidente da Junta de Avô disse: A fibra ótica também continua a ser uma preocupação. Nós gostaríamos também de ter um serviço mais rápido. Houve uma atualização das redes mas continuamos com o sinal mais pobre do que aquele que tínhamos. Acho que juntos poderíamos fazer alguma coisa em relação a isto.

Na ribeira de Santiago em Vila Pouca da Beira não conseguimos executar a rede de águas e saneamento mas queria-lhe propor algo que poderemos fazer ainda o quanto antes e que é semaforizar especialmente na zona de Ribeira de Santiago com limitador de velocidade para que as pessoas respeitem os cinquenta quilómetro por hora porque realmente aquela zona depois da requalificação da estrada 230 até à Ponte das Três Entradas, e é pena não terem feito até Alvôco das Várzeas porque estão a prejudicar as pessoas que residem em Alvôco e todas as pessoas que querem conhecer aquelas praias fluviais.

A requalificação do Polidesportivo da União de Freguesias é uma prioridade que também gostaríamos de falar consigo porque é um polidesportivo que está ali abandonado.

Por fim continuamos disponíveis para reunir com o Sr. Presidente e apresentar-lhe estes problemas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas e só para dizer que em Avô existem dois semáforos e há anos que estão desligados, não funcionam e penso que são do Município, se servirem para alguma coisa eles estão lá.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Trago quatro pontos: O primeiro ponto é sobre a casa Amarela na Bobadela. Foi uma obra que teve início antes das eleições a qual se encontra parada há mais de dois anos. Só podemos concluir que a mesma serviu única e exclusivamente para propaganda do PS na campanha eleitoral.

No ponto dois trago a ampliação da Casa da Cultura César de Oliveira. O PSD na voz do Sr. Vereador já questionou várias vezes o Sr. Presidente da Câmara não só relativamente a trabalhos a mais que foram apresentados como também em erros e omissões do projecto e respectivo caderno de encargos. Além disso foi várias vezes interpelado sobre o incumprimento do prazo de execução e as implicações contratuais a que esse incumprimento levava nomeadamente no que diz respeito à aplicação de multas. Relembro que algumas das empresas concorrentes à obra foram por ventura afastadas por apresentarem prazos mais dilatados. Recorde-se que um dos critérios para a avaliação das propostas era precisamente o prazo de seis meses para a execução da obra com a extensão do prazo concedido pela autarquia por indecisões sobre a obra ou trabalhos a mais esta devia estar concluída a 4/12/2018.

Ora, Sr. Presidente da Câmara, já passou quatro de janeiro, quatro de fevereiro, quatro de março, quatro de junho e estamos a chegar ao quatro de julho. Pergunto: Qual a perspectiva, se é que a há, de conclusão desta obra que o Sr. Presidente considerou tão prioritária e para a qual foi concedido o prazo de seis meses para a sua execução?

Estão, ou não, a ser aplicadas as coimas previstas no contrato de adjudicação o qual foi naturalmente aprovado pelo Tribunal de Contas?

O Sr. Presidente da Câmara deve, em nome da verdade e da transparência, aplicar a lei, pois não o fazendo está a beneficiar a empresa infratora em detrimento de outras que naturalmente podiam ter cumprido o prazo de execução.

Ponto três - A requalificação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira: Sr. Presidente, em Lagares da Beira foi aberto um concurso e foi realizada a obra de requalificação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira que outros, em devido tempo,

fizeram questão de adquirir, onde foram gastos cerca de duzentos e cinquenta mil euros, dinheiro dos contribuintes Oliveirenses.

Nada temos, antes pelo contrário, sobre a requalificação efectuada. Mais estranho ainda que, estando a obra concluída há dois anos, esteja a ser utilizada como zona de arrumos de mobiliário e outros objectos retirados da Casa da Cultura César de Oliveira em vez de estar ao serviço da população cumprindo assim os objectivos que levaram à sua execução. Diga-me Sr. Presidente quando é que isso vai acontecer?

Ponto quatro - O abandono da Cidade da moda: Sr. Presidente, no seu programa eleitoral de dois mil e nove lia-se numa publicação de um jornal editado pela sua candidatura que sobre a juventude o Sr. Presidente anunciava: Juventude - Programa de fixação da população jovem.

Bem, passados dez anos vamos fazer uma análise muito simples da demografia do Concelho de Oliveira do Hospital: Em dois mil e nove tínhamos dezanove mil quinhentos e treze eleitores. Em dois mil e treze tínhamos dezanove mil e quarenta e oito eleitores. Em dois mil e dezassete eram dezoito mil trezentos e vinte e oito eleitores. Nas últimas eleições europeias tínhamos dezassete mil oitocentos e setenta e cinco eleitores.

Sr. Presidente, perdemos mil seiscentos e vinte e oito eleitores em dez anos, cerca de cento e sessenta eleitores por ano.

Sr. Presidente, cada mês que passa Oliveira perde catorze habitantes. Desde a última Assembleia Municipal até hoje perdemos mais de quarenta habitantes. É uma vergonha! A cidade da moda está a ficar deserta. Porque será, Sr. Presidente? O que falhou no programa de fixação da população jovem? O que acontece aos jovens licenciados pela ESTGOH? O que estamos a fazer para atrair jovens para a nossa Cidade? O que estamos a fazer para incentivar a fixação da população na nossa Cidade?

Se não temos empregos qualificados, não temos Serviço de Saúde que corresponda atempada e eficazmente, se não temos uma rede de transportes que assegure a mobilidade da população, se não temos acessos, o que nos sobra? Nada, Sr. Presidente! O que temos é uma mão cheia de nada.

Ou seja, no fundo, ao fim de dez anos o que temos é pior do que tínhamos porque o dinheiro dos Oliveirenses anda a ser mal gerido, logo, mal investido.

Neste âmbito quais as medidas que foram levadas a cabo pelo seu Executivo. Foi a EXPOH? A Festa do Queijo? “Com papas e bolos se enganam os tolos”.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. presidente da Câmara Municipal, começo por uma questão bastante importante sobre a Estrada Nacional 230. O Sr. Presidente da Câmara sabe que nos foi prometido que até ao dia trinta de junho teríamos notícias de quando a Estrada Nacional 230 ia a adjudicação. Como neste momento não sabemos de nada e as redes sociais neste momento trazem-nos alguns problemas. O Sr. Presidente sabe que fizemos uma Assembleia Popular aquando da requalificação da estrada das Vendas de Galizes à Ponte das Três entradas, onde o Sr. Presidente esteve presente, e foram lá decididas algumas coisas que temos na gaveta e temos uma ata feita. Neste momento a população pede-me que saiba o que é que se está a passar, se na realidade essa promessa de que até ao dia trinta de junho a estrada iria a adjudicação ou, pelo menos, que nos diriam quando é que seria a adjudicação. Como não sabemos nada a população pede-me que me informe sobre o que se vai passar.

Sr. Presidente, escrevi uma carta ao Presidente da Concelhia, escrevi uma carta ao Presidente da Distrital e escrevi uma carta ao Sr. Secretário-geral. O Sr. Secretário-geral já recebeu a carta e já mandou a notificação o Sr. Presidente da Concelhia também e ao Presidente da Distrital ainda não chegou a carta.

Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal mediante a sua condição de Presidente da Câmara e neste momento com mais algumas possibilidades nos informasse de como é que está esta situação.

Relativamente à candidatura da APA sobre a limpeza dos rios e dos açudes. A responsabilidade do projecto é da APA. Estive aqui na Sessão pública e eu perguntei ao Engenheiro onde é que iriam intervir. Ele disse que já foi há meio ano e que não se recordava muito bem mas que era por baixo de uma ponte.

É pena, Sr. Presidente, e terei que o dizer, que as Juntas de Freguesia não tenham conhecimento de quando é que essa intervenção vai ser feita, é pena que não sejamos informados. Por pouco teriam feito uma grande requalificação no nosso rio nomeadamente no Açude da Moenda e que faria um impacto terrível. Se nós lutamos e se há pessoas que investem, como disse agora o Presidente da Junta de Avô, para trazerem turistas para a nossa região não vamos desfigurar o que melhor temos.

Felizmente que a obra está bem feita e toda agente está de acordo e o problema resolveu-se e escusaria de ter havido estas pequenas polémicas devido a uma palavra ou outra que se vai dizendo e as pessoas ofendem-se, não é com má intenção mas o Sr. Presidente sabe como são estas coisas e as pessoas quando querem denegrir a imagem de outras pessoas às vezes aproveitam qualquer coisa para dizer aquilo que não deveriam dizer e, como se costuma dizer, “quem não se sente não é filho de boa gente”.

A fibra ótica já foi referida pelo Sr. Presidente da Junta de Avô e está tudo dito.

Quero também convidar-vos para estarem no domingo na cerimónia de içar a Bandeira Azul na nossa Praia Fluvial. Também agradecer à Câmara Municipal todo o esforço que tem feito para que esta candidatura seja uma realidade. Graças a Deus este ano temos mais uma Praia Fluvial com Bandeira Azul na nossa região, temos mais uma praia acessível e temos outras condições. Daqui por uns dias Oliveira do Hospital será uma região que em termos de Praias Fluviais tem as melhores condições na Zona Centro. Nós fazemos por isso e agradecemos à Câmara Municipal todo o empenho que tem tido para estas realizações.”

Em seguida foi dada a palavra ao Tesoureiro da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Joaquim Adelino da Costa Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Queria questionar o Sr. Presidente da Câmara Municipal em duas situações:

Para quando a finalização das ligações técnicas da ETAR visto que está apenas a funcionar a cinquenta por cento?

Agora que estamos a chegar ao verão estamos a verificar mais uma vez um cheiro nauseabundo e uma praga de insectos. Já que se gastou uns milhares de euros na construção da ETAR acho que agora com umas centenas de euros se poderia concluir a obra. Até porque a Junta de Freguesia “está de mãos e pés atados” perante a poluição a montante do rio Cobral e quando reivindicamos alguma coisa dizem-nos que somos um dos principais poluidores. Acho que no século XXI já não devíamos assistir a esse tipo de situações.

Para quando o começo da obra do recinto polivalente em Nogueirinha?

Há uma década que estamos à espera que essa obra se concretize, ainda não se concretizou. Havia a desculpa de que não havia terreno para a construção desse equipamento mas há três anos que a Junta de Freguesia comprou e disponibilizou esse terreno e a obra não nasce.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não quero ser incómodo mas há coisas que realmente me aborrecem muito. Acho uma falta de consideração por esta Assembleia Municipal alguns Deputados, nomeadamente o líder da Bancada do PSD, que critica e depois “dá à sola”, agora neste momento já cá está.

Estou a dizer isto pelo seguinte: Sr. Presidente da Câmara, acho que deve ser um orgulho para si ser criticado pelas obras que correm menos bem. É natural porque quem tem obras, sejam elas nas nossas Freguesias ou nas nossas casas, há sempre qualquer coisa que não corre bem.

É importante para si, e pode orgulhar-se disso, ter obras que não correm bem. Lamentável é quem já foi Governo deste Município durante vários anos e não se lembrar dos fracassos e da falta de obras que efetuaram.

Quanto à demografia que o Concelho apresenta quero dizer que é normal. Na minha Freguesia nos últimos seis anos morreram cerca de cem pessoas. A nossa população Concelhia é de uma forma geral bastante idosa. Posso-vos dizer que tenho mais de cento e cinquenta pessoas com mais de setenta anos na minha Freguesia o que representa um terço da população da Freguesia.

Por isso é que eu digo que a memória é curta, em relação à inercia do Governo PSD, comparado com a actividade permanente do Executivo do PS, nomeadamente liderado pelo Sr. Presidente José Carlos Alexandrino e pelo seu Executivo.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, venho aqui dar-lhe nota de uma preocupação que tenho na minha Freguesia: A minha Freguesia está a necessitar que haja uma maior atenção em relação aos railes de protecção. Estamos com alguma dificuldade porque o nosso território é montanhoso e temos alguns sítios problemáticos que mereceriam uma intervenção.

Outro assunto que também nos está a preocupar é o problema da Ponte das Três Entradas mas sei que o Senhor já teve actividade perante as Infraestruturas de Portugal e sou testemunha disso porque o acompanhei nessa visita.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“O que aqui me traz hoje prende-se principalmente com as seguintes questões:

Ao percorrer o Concelho nota-se na maioria das estradas, quer nacionais, quer regionais e municipais, a falta de limpeza das valetas cujas ervas se encontram bastante altas e em cima das vias, reduzindo, nas municipais, a sua largura. Nota-se também o avanço das silvas para as estradas. Nota-se que existem somente, pelo que me apercebi, duas brigadas com dois funcionários a limpar as respectivas valetas o que é deveras insuficiente para tanto quilómetro de estrada que existe no Concelho.

Segundo o Mapa de Pessoal, no ano de dois mil e dezanove, existem dezasseis cantoneiros de vias. Porque não estão a fazer o trabalho para que foram contratados?

O estado em que se encontram alguns passeios na Cidade, como por exemplo os da Rua Dr. Adelino Júnior Mendes de Abreu e os passeios da Zona Industrial. Nestas duas vias circulam muitos peões e os passeios estão muito degradados o que dificulta a circulação a pé.

O estado em que se encontra por exemplo o piso da Rua António Canastrinha e da Rua António Dias junto ao Pingo Doce.

Queria também referir a rua dos Bombeiros, a 21 de junho e a rua Eugénio Garcia Monteiro de Brito em Lagares da Beira.

Na estrada que liga a Ponte das Três entradas a Penalva de Alva existe material lenhoso já seco a cair para a estrada e algum a invadir a própria estrada ao nível de um a dois metros de altura o que torna a circulação perigosa. Porque não se limpa esse material lenhoso?

Não entendo a situação que está criada no parque de estacionamento junto à Rotunda da Iral. Porque a autarquia ao fazer a requalificação daquele espaço não o fez na totalidade do terreno de que é proprietária, deixando ali uma porção de terreno em estado virgem que proporciona um crescente de erva e silvas no local. Como se trata de uma avenida principal da Cidade e estando aquele local por limpar nada dignifica esta cidade. A não requalificação total do terreno deu origem a uma abertura ilegal feita no muro de um proprietário habilitando-se igualmente a uma suposta passagem para a avenida Sá Carneiro. Para quando está prevista a atuação por parte do Município para repor naquele local a legalidade e o arranjo daquela faixa de terreno?

Queria aqui também deixar um alerta para a degradação que se está a verificar na Estrada Nacional 230 entre as Vendas de Galizes e Vila Pouca da Beira. De recordar que aquele piso foi muito recentemente requalificado.

Queria dar os parabéns à Câmara Municipal pela grande manifestação de Cultura que foi levada a efeito na noite de vinte e dois deste mês no Parque do Mandanelho pela organização das marchas populares a qual envolveu quase toda a população do Concelho. Para mim foi um grande sucesso mas, no entanto, queria dar uma sugestão: É que as marchas são uma manifestação de rua e feitas pelas ruas da Cidade tinham outro enquadramento e dimensão.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela eleição para Presidente da CIM.

Sr. Presidente, já tem alguma data marcada para instalação da iluminação pública na Rotunda da Queijeira, na Cordinha? As luzinhas intermitentes no asfalto, à volta da rotunda não são suficientes.

O Sr. Presidente tem conhecimento do mau estado do estradão que atravessa o Vale do Mondego, em que o pior é o troço entre a ER 230, perto da Ponte da Atalhada e Vale do Ferro? Sabe que faltam marcações horizontais no asfalto da ER 230 e no troço entre esta estrada e a Ponte no Rio Seia, à saída de Fiais da Beira para Midões?

Sr. Presidente, que tipo de apoio necessita para voltarmos a ter urgências no nosso Concelho vinte e quatro horas por dia?

Apesar de todas as diligências, viagens, contactos e esforços, junto dos nossos governantes, ou melhor, desgovernantes, da área da saúde, que o Senhor tem feito, juntamente com o Presidente da FAAD, o Dr. Álvaro Herdade, ainda não conseguiram chegar a um consenso.

Entretanto, os doentes em estado grave, que requerem assistência imediata e que podiam ser assistidos em Oliveira do Hospital, andam a passear de ambulância.

Dou o exemplo de um Senhor de noventa e dois anos de idade que foi levado em estado crítico para Seia onde permaneceu cerca de hora e meia, de lá enviaram-no para a Guarda, onde não chegou a estar uma hora, sendo transferido para Coimbra, onde permaneceu cerca de quatro horas, ao fim das quais foi enviado para a FAAD onde ficou até se restabelecer.

Onde é que está o direito, constitucional à saúde? À dignidade humana? Quantos serviços de ambulância foram pagos pelo estado, só nessa situação? Quanto é que o estado pagou, num só dia, com um, só, utente? Ainda têm a pouca vergonha de dizer que não têm dinheiro para as nossas urgências quando

estão a gastar muito mais do que pagariam à FAAD? Se não sabem fazer contas, que aprendam. Sugira-lhes que venham frequentar um curso de gestão na ESTGOH. Pelo menos, durante o tempo que cá estivessem, conheçam, *in loco*, a inqualificável realidade em que vivemos. As nossas vidas valem menos do que as vidas dos portugueses que vivem nas capitais de distrito?

Basta de brincarem com as nossas vidas.

Passemos à ação. É preciso irmos a Lisboa, em massa, manifestarmo-nos na Assembleia da República, em frente da residência do Primeiro Ministro e dos Ministérios que regem a saúde? Iremos às principais estações de televisão e da rádio?

Sr. Presidente, tenho a certeza que, qualquer que seja a iniciativa que tome para a resolução deste problema, pode contar com o apoio incondicional dos seus munícipes.

Assim, como já o fiz no passado, disponibilizo-me, desde já, para colaborar no que for preciso.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de felicitar o Sr. presidente da Câmara Municipal pela sua eleição como Presidente da CIM o que, certamente será uma mais-valia para esta Região.

O assunto que hoje trago aqui não é só preocupação minha, é também preocupação de mais algumas pessoas, o que me apraz muito, e refiro-me ao caso da primeira entrada para Lagares da Beira que faz a ligação da estrada com a 21 de junho.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, esta é uma reivindicação com alguns anos. Lagares da Beira tem um número considerável de habitantes e também com todas as actividades culturais que desenvolve ao longo do ano leva muitas pessoas a Lagares da Beira. O piso está realmente a necessitar de ser requalificado e, por isso, solicitava, mais uma vez, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que tivesse isso em atenção para melhor deslocação de quem por ali circula. Esta requalificação é necessária para tornar possível a diminuição de acidentes na cortada para a 21 de junho.

Gostava que o Sr. Presidente da Câmara me esclarecesse sobre o que pretende fazer e quando.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais gostaria de felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, pela sua eleição por unanimidade como Presidente da CIM-Região de Coimbra o que nos deixa bastante satisfeitos.

Relativamente à situação da Estrada Municipal 514 eu tenho falado com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e sei que o processo desta obra está adiantado e, por isso, estou mais tranquilo.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, deixo-lhe aqui mais uma questão que tem a ver com a estrada que faz a ligação de Penalva para a Carvalha que também está em avançado estado de degradação e gostaríamos de rapidamente poder arranjar uma solução que minimiza-se o impacto àquela população.

Depois, e porque alguns colegas já se referiram à questão da fibra ótica, dizer-lhes que também na nossa Freguesia temos alguns problemas nomeadamente na povoação de São Sebastião da Feira que está sem fibra ótica.

Dizer ao Sr. Deputado João Esteves que a árvore que identificou certamente não será na Ponte das Três Entradas/São Sebastião da Feira mas sim no Senhor das Almas/ São Sebastião da Feira. A árvore está identificada e será retirada na segunda-feira logo pela manhã.

Em jeito de conclusão deixar aqui só uma nota de rodapé para que as pessoas percebam do que é que estamos a falar: No Passado mês de outubro na minha Freguesia numa semana faleceram treze pessoas.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“À Semelhança dos meus antecessores também quero elogiar e parabenizar o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela sua eleição, por unanimidade dos dezoito Presidentes de Câmara, como Presidente da CIM-Região de Coimbra.

Partilhar um sentimento, que é comum a alguns colegas que já falaram antes de mim nesta tribuna, e dizer que a fibra ótica também não chega à totalidade da Freguesia de Lourosa, inclusive à Sede de Freguesia. Só três localidades é que ficaram servidas as restantes nove não ficaram.

Dizer ainda, até porque é importante e gostamos de apresentar contas: Na altura em que foi atribuído o subsídio à Junta de Freguesia de Lourosa para as

obras da requalificação do Edifício da Junta de Freguesia, e se calhar por erro nosso aquando do envio do ofício, não fizemos menção de que o valor que foi solicitado ao Município, e que foi atribuído, não pagava a totalidade da requalificação efectuada.

Uma vez que estamos aqui, e este é o espaço indicado para fazer isso, informo que as obras estão concluídas, não estão inauguradas e isso será a muito breve trecho, mas a Sede da Junta de Freguesia já está a funcionar. Foram lá efetuadas as Eleições Europeias. A primeira utilização da Junta foi nesse ato nobre que é uma eleição.

Neste momento a Junta de Freguesia de Lourosa tem como despesas da requalificação da Sede da Junta quarenta e dois mil, trinta e nove euros e setenta e três Cêntimos e ainda não está terminada porque há questões que têm a ver com a ornamentação exterior que estamos a providenciar. Faremos coincidir a inauguração da Sede da Junta de Freguesia de Lourosa com a homenagem aos Ex-presidentes de Junta que passaram por aquela casa.

Muito brevemente vamos adquirir algum material para complementar a Sede da Junta de Freguesia de Lourosa.

Agradecer o apoio inextinguível e que foi bastante importante para a realização da tão ambicionada obra de requalificação da Sede da Junta de Freguesia. Para verem a mais-valia que aquele novo espaço permite, neste momento temos lá patente uma exposição de um evento que se realizou muito recentemente e que foi o primeiro encontro “Pintar e Desenhar Lourosa”. Este evento foi realizado em parceria com a Junta e com a Câmara Municipal.

Para finalizar queria manifestar uma preocupação que já foi transmitida por nós numa reunião com a Sra. Vereadora e com o Sr. Padre Rodolfo e que é relacionada com a nossa Igreja Moçárabe que é um Monumento Nacional. Efetivamente, e em boa hora, no feriado Municipal foi atribuída a Medalha de Mérito Municipal à Tia China que era a nossa guardiã do templo, e até parece que já estávamos a adivinhar que os dias que ela estaria a servir de forma gratuita e voluntariosa a Freguesia, e neste caso a igreja, estaria infelizmente, para terminar. Esta situação criou um problema à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal difícil de gerir porque o Monumento não está sob a nossa alçada. A igreja conseguiu arranjar uma pessoa para fazer a limpeza mas essa pessoa não tem a mesma disponibilidade que a Tia China tinha. A Tia China dedicou cinquenta anos da sua vida àquela causa. Era tocado o sino e ela vinha abrir a porta a quem quisesse visitar o nosso Monumento.

Neste momento temos um Monumento Nacional na Freguesia e não o conseguimos ter aberto ao público como era desejável e, por isso, pedia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para nos ajudar a arranjar uma solução. Sei que não é uma situação fácil de resolver porque é uma questão tripartida entre o Município, a Junta de Freguesia e a Fábrica de Igreja. O que eu queria é que o futuro nos augurasse algo de bom para tentarmos definir uma estratégia para que aquele espaço pudesse ser mais visitado.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para nos fazer um ponto de situação sobre a entrega das primeiras habitações.

Felicitar mais uma vez a cerimónia que ocorreu no Município para entrega de um conjunto de habitações fruto ainda dos incêndios que assolaram o nosso Concelho. Penso que é um processo que já está em términus e por isso peço ao Sr. Presidente da Câmara para nos dar uma nota mais precisa deste processo.

Temos visto, nos últimos dias, na Comunicação Social uma quantidade elevadíssima de incêndios associados a fenómenos extremos e que estão a assolar essencialmente a Espanha e a França que estão com grandes dificuldades para dominar esses focos de incêndio. Estes fenómenos são iguais aos que aconteceram em 2017 no nosso País. Estes incêndios estão relacionados com condições várias e também com a mudança ambiental que está a decorrer no mundo e com os fenómenos extremos que estão a acontecer.

Gostava de me referir a uma situação que foi aqui falada relacionada com a fixação de população, fixação de jovens e a criação de riqueza no Concelho:

Caros amigos, se não fosse a dinâmica destes últimos anos do Sr. Presidente da Câmara e da sua equipa este Concelho estaria de certeza numa situação que já não tinha condições de retorno e lamentaríamos profundamente. E era isso que tinha acontecido se há dez anos não tivéssemos mudado os destinos deste Município. Tenho a certeza que com este Presidente de Câmara e com este tipo de política vamos minimizar os impactos, vamos crescer, e ter uma vida nova e cada vez mais aliciante aqui no Concelho de Oliveira do Hospital.

Fala-se também de obras que não andam mas isto é geral numa série de Concelhos. Há uma coisa que eu também não percebo: Porque é que há empresas que começam as obras e não as acabam? Como é que isto pode

acontecer? Mas acontece! Olhem para os Concelhos ao nosso lado e vejam porque é que isto acontece.

Relativamente à Saúde, na última Assembleia Municipal falou-se sobre as condições do Serviço Nacional de Saúde e falou-se sobre as refeições terríveis que eram servidas nos hospitais e é tudo uma pura mentira. Eu informei-me com quem tem responsabilidades nesta área e é pura mentira. Há refeições que são mais ligeiras para quem tem que fazer determinados exames médicos e também há doentes que comem refeições específicas.

Dizer ainda à Deputada do CDS que, de certeza, na próxima legislatura ou ainda nesta, vai mudar de convicções políticas e vai mudar de partido porque a sua correligionária do seu partido defende claramente o privado a cem por cento. Eu não percebo como é que a Sra. Deputada do CDS veio aqui defender, e bem, o Serviço Nacional de Saúde, provavelmente não está em desacordo com o seu partido mas isso é uma coisa que tem que resolver lá.

Dava aqui outra nota ainda sobre a Saúde: O observador *on-line*, que é um jornal insuspeito e não tem nada a ver com este Governo ou com o Partido Socialista, diz que 60 % das reclamações existentes no âmbito da Saúde são do privado e, alguns, andam todos os dias a dizer mal do Serviço Nacional de Saúde mas quando temos algum problema vamos ao Serviço Nacional de Saúde. E eu pergunto, porque é que não vão ao hospital privado? Em Coimbra há três ou quatro hospitais privados. Quem critica o Serviço Nacional de Saúde deveria ir aos hospitais privados.

O Serviço Nacional de Saúde funciona bem e naturalmente que também tem problemas.

Realçar também o início das obras no IP3 na próxima segunda-feira. Esperemos que comessem mesmo e que sejam reais porque estão anunciadas.

Fala-se que não há médicos no Serviço Nacional de Saúde mas, quando se concentra o período de férias em dois meses, no Serviço Nacional de Saúde e num determinado grupo profissional, eu pergunto, como é que é possível resolver o problema? No Serviço Nacional de Saúde só há férias nos meses de julho e agosto!

Tenho que dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela sua eleição como Presidente da CIM-Região de Coimbra. Esta eleição é um grande reconhecimento pelos seus pares pelo excelente trabalho que tem feito até hoje, e que vai continuar a fazer, em defesa do nosso Concelho e da nossa Região.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de reconhecer esta Assembleia Municipal pelo voto por unanimidade na Moção apresentada sobre a prospecção e pesquisa de lítio no nosso Concelho. Relativamente à Comissão acho que a Assembleia Municipal esteve à altura das suas responsabilidades como estará certamente no futuro.

Quero dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela sua eleição como Presidente da CIM-Região de Coimbra.

Sr. Deputado João Brito, ver a demografia pelo número de eleitores é um pouco duvidoso. E compreendo porque é que veio aqui criticar o aspeto da demografia, eu concedo que é um problema que assola o País e todos os países da União Europeia, mas percebo porque é que não apresentou propostas porque mais à frente vamos poder discutir uma que tem a ver com o Programa da Natalidade e à partida eu adivinho já qual vai ser o sentido de voto do PSD, e que será a favor. Eu só não conheço as razões e não compreendo porque é que o Vereador do PSD se absteve na votação na reunião de Câmara Municipal! Vamos poder perceber quais são as razões e vamos poder perceber qual é o sentido de voto do PSD.

Depois, o Sr. Deputado João Brito falou na ESTGOH mas esqueceu-se de uma parte da história que começa pouco depois de 2009. Sem este Executivo e sem este Presidente da Câmara, Oliveira do Hospital não teria ESTGOH. E isto não é discussão política, são factos. Se calhar, até dava jeito que a Câmara Municipal fizesse um compêndio sobre a história da ESTGOH para todos compreendermos o que é que se passou e qual foi o papel deste Executivo na sua história.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar porque na política também tem que haver algum decoro, e fica bem: Felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela Presidência que agora assume como Presidente da CIM e esperemos que com mais esta influência, e não quer dizer que não a tivesse anteriormente, consigamos atingir novos objectivos e que melhore também a situação do nosso Concelho.

Relativamente à atividade da Câmara Municipal felicitar a iniciativa das Marchas Populares. Partilho da opinião do Deputado João Esteves, é pena que as Marchas Populares não venham para a rua porque num local fechado

restringe um bocado as participações. Acho que, se calhar, tem que se combinar um bocadinho melhor as datas porque a data desta iniciativa coincidiu com outros eventos que se realizaram aqui ao lado.

O Deputado Francisco Garcia levantou aqui uma questão por causa dos artistas e eu iria sugerir uma situação: Tanto quanto sei na Junta de Freguesia de Lagares da Beira foi oferecida uma casa que supostamente é para ser uma casinha da música, se calhar, seria oportuno que reconvertessem essa tal casa para fazerem esse acolhimento dos artistas.

Relativamente a uma situação que o Deputado Carlos Inácio aqui disse: Eng.º Carlos Inácio, eu não vou levantar mais polémica sobre isso. A sua verdade não é maior do que a minha. O Senhor sabe que é verdade o que eu disse. O Senhor sabe que aquilo não é um caso único. Por acaso, no próprio dia em que estávamos aqui a discutir na Assembleia Municipal um dos Senhores Jornalistas que está nesta sala confidenciou-me que com a sua mulher que lá esteve internada algumas semanas aconteceu o mesmo. Eu duvido que o hospital só faça exames à segunda-feira e continuo a dizer que a sua verdade vale tanto quanto a minha.

Relativamente às questões da ESTGOU só tenho a dizer o seguinte: Houve trabalho da Câmara e houve trabalho de muitas pessoas. Acho que a bandeira da ESTGOH não fica bem ser agarrada por ninguém. Acho que foi uma luta de toda a gente. Houve pessoas de vários partidos e de várias sensibilidades que ajudaram para que ela cá continuasse.

Relativamente à reconstrução das casas que foram danificadas pelos incêndios quero dizer o seguinte:

Fui alertado por três donos de casas que foram reconstruídas, e uma grande parte dessas casas, pelo menos nesses três casos que me abordaram, apresentam graves falhas estruturais e de execução e sei que o Presidente da Câmara não tem essa responsabilidade, nem os técnicos da Câmara têm essa responsabilidade, mas aquilo que eu solicito, se for possível, é que Câmara Municipal disponibilize uma equipa técnica que se dirija às casas que foram reconstruídas para que se analise a forma como a reconstrução foi feita e se analisem as falhas e que seja feito um relatório para enviar à CCDR para que venham colmatar essa falhas. Eu posso dizer que em alguns casos as falhas são bastante graves. Há casas que na primeira chuvada entrou bastante água. E mais uma vez digo, não é responsabilidade da Câmara Municipal mas acho que teremos de recorrer aos serviços da Câmara para tentar colmatar essa questão.

Relativamente a uma questão que já há alguns anos era pertinente, e já falei isto quando pertencia à Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo: Sr. Presidente, acho que seria muito proveitoso que fosse pavimentado ou melhorado o estradão que existe entre o Senhor das Almas e o alto do Vale Dona Clara, que serve também a povoação de Nogueira do Cravo, a Gorma e o Vale do Homem, e que seria uma via de acesso secundário para toda aquela zona e também muita gente utiliza o estradão para se deslocar para os terrenos de cultivo. Acho que numa futura opção poderia incluir esta obra no orçamento ou nas obras a executar.

Ainda relativamente à Freguesia onde resido quero dizer o seguinte: O parque do Senhor das Almas acho que é reconhecido por todas as pessoas como sendo um dos *ex-libris* do nosso Concelho pela sua beleza mas infelizmente, devido às pragas de insectos, houve a necessidade de cortar as árvores e, por isso, apelo ao Sr. Presidente da Câmara, se houver essa disponibilidade, para replantar árvores com alguma maturação para tentar minimizar o que se passou.

Por outro lado, o parque do Senhor das Almas é usado para muitas caminhadas, e outras actividades desportivas, e acho que seria proveitoso ponderarem a aquisição de equipamentos de ginásio de manutenção para aquele parque.

Fui abordado por alguns pais de atletas do hóquei de Oliveira do Hospital que me alertaram que o Pavilhão Gimnodesportivo estava com uma ocupação muito grande e que às vezes era complicado terem treinos e, por isso, vinha sugerir o seguinte: Existe em Nogueira do Cravo um Pavilhão que está minimamente equipado e eventualmente em alternativa este Pavilhão poderia ser utilizado nas outras actividades que não sejam o hóquei.

Por último quero fazer um alerta relativamente ao que se passa com árvores caídas e vegetação. Sei que infelizmente não se pode chegar a todo o território ao mesmo tempo mas quero alertar para uma zona que realmente me parece um pouco má e que é toda aquela extensão junto à estrada que vai do Moinho do Buraco até à Zona Industrial da Cordinha porque existem ali muitas árvores que já se nota que estão podres e sei que algumas também já foram cortadas. Depois, também o acesso do Seixo à Felgueira está um pouco perigoso.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Para esclarecer o Deputado Rui Fernandes quero dizer o seguinte: Relativamente à questão da casa que foi doada à Junta de Freguesia de Lagares da Beira, às vezes há presentes envenenados, e eu não quero referir que seja um presente envenenado. A proprietária deu a casa em testamento e infelizmente a doação não foi acompanhada do pacote financeiro que se impunha para fazer as obras e hoje temos ali um problema que estamos a tentar resolver.

Aquela casa foi-nos doada com um fim específico porque o avô da proprietária foi o primeiro maestro de uma banda que existiu em Lagares da Beira. A proprietária quando fez a doação da casa foi com a finalidade de ser a casinha da música e, por isso, não pode servir para outra função que não seja essa. Para recuperarmos a casa já pedimos alguns orçamentos e estamos a equacionar a possibilidade de fazer essas obras. Já pedimos também algum apoio à Câmara Municipal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui para abordar três pontos. Primeiro venho responder ao Sr. Deputado João Brito relativamente à análise demográfica que fez no Concelho e depois vinha deixar duas sugestões ao Executivo Municipal.

A análise demográfica de um concelho não se faz só com os números desse concelho e faz-se também analisando e comparando os concelhos circundantes.

Há aqui vários Deputados que são engenheiros e eu fiz aqui uma pequena conta que basicamente é a diferença entre o número de eleitores de dois mil e nove e de dois mil e dezanove, a dividir pelo número de eleitores de dois mil e nove, vezes 100 %. Isto dá o rácio do número de eleitores perdidos de dois mil e nove para dois mil e dezanove. Se alguém achar que a matemática está errada pode-me corrigir.

Escolhi os Concelhos de Oliveira do Hospital, Penacova, Tábua, Arganil e Seia. Oliveira do Hospital perdeu 7,52 % do número de eleitores nestes dez anos, Penacova perde 10 %, Tábua perde 5,2 %, Arganil perde 12,7 % e Seia perde 14 %.

A análise que o Sr. Deputado João Brito faz tem que nos fazer necessariamente reflectir quanto às políticas que temos que fazer para prender a população aqui, não haja dúvida disso. Tem que nos fazer reflectir e tem que fazer chegar a quem toma as decisões de grande relevância no País para que hajam políticas de cativação de jovens e população no interior do País, mas não

é correto que as coisas estejam melhores há dez anos do que estão agora, e estes números comprovam-no, porque nestes concelhos circundantes, e até excludo Penacova, Oliveira do Hospital perde 7,52 % do número de eleitores e Seia perde quase o dobro. Os números não mentem.

Não quero negar, com é óbvio, que a situação é preocupante mas é preocupante em todos os concelhos. Nós, dentro das nossas limitações, não estamos a lidar tão mal com isso e falta-nos uma capacidade de adaptação, como falta no resto do País, porque é um fenómeno novo. É um fenómeno que ainda não somos capazes de lidar bem com ele mas estes números não mentem e, por isso, as coisas não estavam melhores há dez anos.

No seguimento destas políticas de cativação de jovens, agora, com a reconstrução da Casa da Cultura e com o Parque do Mandanelho, acho que Oliveira do Hospital tem tudo para se tornar um pólo cultural nesta região e com a possibilidade de fazermos eventos no interior e no exterior, ambos com excelente qualidade.

Deixo aqui este repto para que Oliveira do Hospital continue a sua aposta na Cultura e nos torne o grande polo cultural aqui da nossa região.

Como última sugestão, também gostava de deixar uma sugestão que a Juventude Socialista também já deixou na altura das Eleições Autárquicas: É a utilização do QR Code nos Monumentos principais do Concelho. Os visitantes e turistas chegam a um Monumento, ou outra atração turística que estejam a visitar, e têm uma pequena placa com o QR Code. Basta chegar com o telemóvel e através do QR Code conseguem ter acesso a uma série de informações relativas a essa atração turística. Isto facilita muito a abordagem do turista com o Concelho e também nos facilita a nós o trabalho e é muito mais prático para as duas partes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero fazer três questões:

Primeira - Prejuízos Municipais dos incêndios de outubro de dois mil e dezassete: Sei que houve uma série de prejuízos de imóveis e material circulante que foi atingido por esses incêndios. Sei que foi feito um levantamento e parece que foi disponibilizada uma verba para tentar remediar esses problemas. Era para saber o ponto da situação e para saber o que é que está contemplado e o respectivo valor.

Tenho aqui duas questões que já anteriormente foram abordadas mas que neste momento umas estão executadas e outras estarão em execução e continuamos a falar de qualidade de vida no Concelho de Oliveira do Hospital e particularmente no nosso ambiente. Estou a falar concretamente na implementação em diversos locais, não só na Cidade de Oliveira do Hospital como também em Freguesias, das Ilhas Ecológicas, apesar de algumas, e eu refiro-me concretamente a uma que foi colocada na União de Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, mais concretamente em Vila Franca da Beira, que está pronta mas não está ainda em utilização. Os ecopontos estão fechados e acho que haveria toda a necessidade de os abrir para uso da população.

Questão sobre o ambiente - Requalificações e reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos: O montante já foi anunciado. As obras estão a decorrer. A requalificação e reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos vai abranger diversos rios no nosso Concelho e vai inclusivamente abranger a melhoria de alguns açudes.

Folgo em saber, e espero bem que isso venha a acontecer, e também como disse o Presidente da Junta de Alvôco das Várzeas acho que poderia haver um conhecimento antecipado às juntas de Freguesia a informar o que é que iria ser exactamente feito. E espero bem que tenha sido contemplado, e irei saber junto dos técnicos, e o melhor açude do Concelho de Oliveira do Hospital é o açude da Ribeira em Ervedal da Beira. Esse açude necessita efectivamente duma intervenção como deve ser. Não sei se isso está contemplado, e espero bem que esteja, tanto mais que, para além de ser um bonito e grande açude, tem a montante um excelente areal. Mas, a poder de muitos anos e das descargas que foram feitas ao longo de muitos anos, particularmente pelo saneamento de Seia, e não só, foram-se acumulando detritos e é perfeitamente visível e chocante o que vemos porque não vemos areia, vemos ali uma quantidade de detritos que têm que ser removidos.

Meus amigos, acho que não vale a pena dar, publicamente, os parabéns aos Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque já lhos dei, e até estive de acordo para que ele pudesse assumir as funções de Presidente da Comunidade Intermunicipal para que foi eleito.

Meus amigos, há outra questão que temos, de uma vez por todas, de desmistificar: Está anunciado, e eu espero bem que as obras do IP3 anunciadas por este Governo e que vão acontecer entre o nó de Penacova e da Lagoa Azul a partir da próxima segunda-feira que, efectivamente, sejam iniciadas desta vez.

Todos nós sabemos, e não vale a pena andarmos aqui com sofismas, quem disse, em Bruxelas, que nós já tínhamos estradas a mais, quem disse que nós não precisávamos mais de dinheiro para estradas e que aceitámos tudo aquilo que nos quiseram impor, foi o anterior Governo. E todos nós sabemos que o anterior Governo veio com pompa e circunstância anunciar que o IP3 iria ser requalificado.

Bom, obviamente que não vimos nada disso! Agora andam por aí alguns a dizer que este Governo anda a fazer umas acções de charme acerca do IP3.

Bom, parece-me que não é charme. Parece-me que é finalmente realidade. A obra está anunciada na sua totalidade, esta é a primeira fase e que coincide exactamente com a parte mais perigosa do IP3, como todos nós sabemos.

Folgo em saber que existe um Governo que pegou no IP3 sem Fundos Comunitários e que vai realizar as obras com verbas do Orçamento Nacional.

Dona Alice, a Senhora deve andar um bocado distraída, e seguramente que não anda por estradões e deve andar por estradas, ou então anda muito mal informada, porque as máquinas já andaram nos estradões da Póvoa e do Vale do Ferro e já andam há uma semana no estradão do mondego. Informe-se melhor, para a próxima, porque vir para aqui mandar essas atoardas, acho que não lhe fica bem e convinha informar-se um bocadinho melhor acerca disso.

Quanto à Saúde, Dona Alice, não vale a pena vir para aqui com essas histórias porque realmente quem teve praticamente o Centro de Saúde fechado foi o vosso Governo. O Eng.º João Brito tem que aceitar isto porque é a realidade!

Hoje, toda a gente tem médico de família em Oliveira do Hospital e, nessa altura o seu Governo tinha aqui dezasseis mil pessoas sem médico de família, e o Senhor sabia isso. Os Senhores com responsabilidades locais ligadas ao Ministério da Saúde estiveram para encerrar o Centro de Saúde, todos nós sabemos disto. Isto não é novidade para ninguém. Vocês não têm autoridade moral nenhuma para vir falar como vêm.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por dizer que sou um achadiço em Oliveira do Hospital. Sou o que se costuma chamar de achadiço atrevido. Cheguei aqui em dois mil e no ano de dois mil e um fui eleito para a Assembleia Municipal e estive por aqui quatro anos. A partir daí tenho participado na vida do Concelho e não tenho sido dos mais desatentos. Devo-vos dizer com toda a franqueza que não me recordo, e

tenho pena, tenho muita pena, que no período em que exerci o mandato nesta Assembleia, entre dois mil e um e dois mil e cinco, e que era Presidente do Município o Prof. Mário Alves, devo-vos dizer que tenho muita pena por nunca aqui, eu próprio, como elemento da oposição, e qualquer outro elemento da oposição, se ter vindo queixar por ter dificuldades em determinado tipo de obras. Tenho pena de não ter vindo dizer que o Prof. Mário Alves teve dificuldades nas obras de requalificação do Estádio Municipal de Oliveira do Hospital, quando havia fundos para se fazerem, e não foram feitas. Não teve problemas na requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo de Oliveira do Hospital, que ainda agora aqui foi falado pelo Eng.º Rui Fernandes que está com problemas de utilização, e não é de agora, já na altura estava, e também não teve problemas nessa obra, como não teve problemas no Mercado Municipal, como não teve na Estação de Camionagem, como não teve na requalificação da Av. Dr. Carlos Campos, como não teve na Casa da Cultura, como não teve na Casa Amarela.

Sr. Presidente, folgo que o Senhor tenha problemas com estas obras. Tenho pena que os tenha, mas folgo que os tenha com estas não os tendo tido com as outras.

Se calhar andei desatento em quase vinte anos de Concelho, mas percebi hoje, graças ao Deputado João Brito, que caso o Senhor não tivesse sido eleito em dois mil e dez e não tivesse exercido o seu mandato até hoje, em Oliveira do Hospital morrer-se-ia menos e nascer-se-ia mais. Percebeu-se isso pela intervenção do Deputado João Brito, não fora Vossa Excelência eleito, estivesse este Concelho a ser Governado desde dois mil e dez por um Executivo do PSD e morrer-se-ia menos e nascer-se-ia mais. Não sei porque artes mas gostaria obviamente de ser informado.

Relativamente à questão do nascimento e da fixação dos jovens, também em cinco anos que exerci funções nesta Assembleia não me recordo das políticas de fixação de jovens que na altura aconteceram. Esta questão, por exemplo, do auxílio à natalidade não existia. Efetivamente não me recordo dessas políticas.

A falta de capacidade de fixação de jovens neste Concelho não resulta dos últimos dez anos, resulta de quarenta anos num País inteiro que resolveu fazer praias e jardins junto ao mar e que resolveu votar ao esquecimento quem está no interior, com responsabilidade do actual Governo, com responsabilidade de todos os Governos do PS mas também com responsabilidade de todos os Governos do PSD e do CDS.

Também notei aqui alguma clivagem em termos do PSD Concelhio. Para dois Deputados: Marchas, parabéns. Para outro: É pá, festas e bolos, nem por isso.

Portanto foi uma vitória para os Deputados que vieram parabenizar pela excelente manifestação cultural que no último sábado à noite ocorreu no Parque do Mandanelho.

Também aqui existe uma pequena diferença, e além das Marchas, Sr. Presidente, chamar a atenção para três iniciativas culturais de grande notoriedade: Feira do Livro, e quero dar os parabéns à Câmara Municipal pela organização; Cidade com Vida, outra organização da Câmara Municipal; Há Festa na Zona Histórica.

Gostaria, obviamente, que nos dissesse qual a participação da Câmara Municipal em de todos estes eventos.

Para finalizar, quero congratular o início das obras na zona norte da Cidade, nomeadamente na zona traseira ao cemitério velho e ao Quartel dos Bombeiros. É, efectivamente, de louvar que aquela obra se esteja a fazer. É, efectivamente, uma obra extremamente necessária porque vai resolver algumas questões de estacionamento que começam a tornar-se críticas em Oliveira do Hospital. Esperemos que não tenha com estas obras os problemas que teve com outras mas convém dizer que é excelente que se tenham problemas por obras que se fazem.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegámos ao fim das intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia. Volto a reforçar que os Srs. Deputados podem e devem ter opiniões discordantes porque, obviamente, não temos que intervir pelo mesmo diapasão.

O que é fundamental é respeitar regras de convivência nesta Assembleia. A crispação não ajuda nada e não é o que estamos a precisar.

Também quero dizer ao Deputado João Brito que quando falou não foi meigo: O Senhor disse o que entendeu dizer, e fez as críticas que entendeu fazer.

Depois, quando os outros Deputados fazem críticas, o Senhor também tem que entender e não tem que estar a responder. O Senhor tem toda a legitimidade para dizer o que entender dentro de certas regras, criticar o que for

criticável, e elogiar o que for elogiável porque o Senhor é oposição e as oposições são importantes.

O que acho é que os outros Deputados reagem, e têm o mesmo direito desde que não ultrapassem certos limites da educação e da sã convivência porque este é o espaço para se falar.

O que me deixa incomodada, e há pouco manifestei algum descontentamento, é a forma crispada como o Presidente da Concelhia do Partido Socialista interveio.

Procuro ter uma postura de equidade relativamente a essas questões e faço um apelo para que possamos construir o exercício democrático aqui na nossa terra.

O Presidente da Câmara Municipal não precisa que o defendam e o Senhor também sabe isso. Se há um homem que não precisa que o defendam esse homem é o José Carlos Alexandrino porque “está sempre a dar o peito às balas”.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Uma boa Sessão de Assembleia Municipal é quando se discutem ideias até porque as críticas às opções políticas deste Executivo são importantes, sejam elas construtivas ou destrutivas. Por isso, da minha parte não há problema.

Também nunca reconhecera que, um Executivo Presidido por mim, não fizesse coisas menos bem. Não somos perfeitos, mas não tenho dúvidas que a grande maioria das decisões e do trabalho que faço, em conjunto com toda a minha equipa e toda a estrutura da Câmara Municipal, é um trabalho globalmente muito satisfatório.

Por isso, deixo aqui uma nota, que pode ter desagradado ao Deputado João Brito: Todos os Presidentes de Câmara, na minha eleição para Presidente da CIM, votaram em mim para exercer esse cargo. Isso quer dizer que os Presidentes de Câmara acreditam nas minhas capacidades para liderar a Região.

Para mim, com o resultado desta eleição, fica tudo dito, e não será um Deputado da Assembleia Municipal que me descredibilizará em relação a um conjunto de Presidentes de Câmara eleitos pelo PSD e que votaram por unanimidade, e com voto secreto, para eu liderar a CIM.

Orgulho-me em liderar a CIM da Região de Coimbra e orgulho-me por ser um Oliveirense que tem hoje este cargo. Farei tudo neste cargo, tal como

faço como Presidente do Município, não só para me dignificar a mim mas também para dignificar o Concelho que me elegeu como Presidente.

Sinto-me honrado porque dezoito Presidentes de Câmara votaram em mim e isto também quer dizer alguma coisa, e nem sempre as nossas relações são iguais com todos, mas a votação foi por unanimidade e, por isso, mais responsabilidades me dá para defender o nome de Oliveira do Hospital porque sou muitas vezes apresentado como Presidente da Comunidade Intermunicipal mas depois acrescenta-se sempre que é o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

A Presidência da CIM é também um desafio enorme. Não é um desafio que não estava habituado porque eu já era o primeiro Vice-Presidente e já tinha um trabalho de colaboração com o Dr. João Ataíde e, por isso, estou aqui muito disponível.

Já agora também era bom que toda a gente ficasse com esta noção, este cargo não é remunerado e leva-me a muitas reuniões a Lisboa, a Bruxelas, a Paris, e a uma série de sítios, e são tempos que às vezes me fazem falta e que me obrigam depois a trabalhar mais umas horas quando chego a casa.

Agora o que eu quero é honrar o meu nome e honrar sobretudo o meu Concelho porque o Concelho de Oliveira do Hospital está associado ao meu nome na Comunidade Intermunicipal.

O Sr. Eng.º João Brito até já teve oportunidade de me ver como Presidente numa Assembleia Intermunicipal onde esteve presente. Os objectivos do Presidente da CIM é encontrar soluções consensuais e é defender a Região de Coimbra.

Estou aqui na qualidade de Presidente da Câmara Municipal para responder às perguntas que os Srs. Deputados fizeram no Período de Antes da Ordem do Dia. A primeira intervenção foi do Sr. Raúl Dinis que falou nas obras e também na falta das obras. Outros Deputados também falaram e como é muita gente eu vou tentar ser sintético e vou abordando assuntos que são fundamentais e porque é que umas obras correm bem e porque é que outras obras correm mal.

Primeiro quero dizer o seguinte: Neste momento desenvolvem-se um conjunto de obras no Concelho de Oliveira do Hospital e, como sabem, estão agarradas àquilo que se chama de Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. São obras nucleares na Cidade de Oliveira do Hospital e que não foi possível saírem da Cidade de Oliveira do Hospital, elas foram focadas em termos de cidade.

As obras que hoje se executam em Oliveira do Hospital não se poderiam executar no Ervedal, em Avô, em Alvôco ou em Aldeia das Dez porque são obras direccionadas para as cidades e para a melhoria desta qualidade como as cidades por causa da atractibilidade das pequenas cidades em relação à fixação das próprias pessoas.

A requalificação da rua Virgílio Ferreira está neste momento a ser executada e também está a ser executada a requalificação da envolvente à Central de Camionagem e esta obra foi adjudicada por oitocentos e sete mil euros, mais IVA, e que é uma verba significativa.

A requalificação da rua Virgílio Ferreira foi adjudicada em cerca de oitocentos mil euros.

Tivemos as obras da Casa da Cultura e tivemos as obras da Escola Secundária. Há aqui um volume de obras que teremos de lançar até outubro.

Há um conjunto de obras que também teremos que lançar aqui na zona histórica por causa dos financiamentos. Se não as lançarmos perdemos a possibilidades dos financiamentos que estão contratualizados porque quem não gastou o dinheiro, quem não foi capaz de o gastar, perde-o.

Há uma reprogramação nova do Quadro e se alguns não conseguirem executar as obras eu estou também na bica à espera de ver se vou buscar algumas verbas, como vocês sabem.

Ainda tivemos aqui umas obras que podem não parecer ter importância. Já estão em funcionamento dezasseis novas ilhas ecológicas que estão instaladas nas principais zonas habitacionais da Cidade de Oliveira do Hospital e em várias Freguesias. Há duas ilhas ecológicas que não estão em funcionamento, uma em Vila Franca e uma em Lagares da Beira, já mandei perguntar e dizem que não sabem o que se passa e, por isso, temos que ver o que se passa porque elas eram para estar a funcionar. A nossa ideia é irmos alargando cada vez mais a todas as povoações. Temos que reduzir o défice no tarifário dos resíduos urbanos. A Câmara Municipal tem um défice direto entre quinze a vinte mil euros por mês no tarifário dos resíduos urbanos.

Nesta fase não acho que vamos aumentar a nossa tarifa da água e do saneamento, que é uma tarifa muito equilibrada, na minha opinião.

Deveremos é tentar reduzir os resíduos urbanos se fizermos a separação dos lixos e para isso teremos que fazer algumas campanhas para as populações.

Deixem-me só dizer: Estas dezasseis Ilhas Ecológicas tiveram uma candidatura do POSEUR e custaram quatrocentos e trinta e um mil euros e mais oitenta mil euros da Câmara Municipal.

Por isso eu penso que também é um investimento, e com certeza ninguém estaria a pensar que nas ilhas ecológicas se gastaram quinhentos mil euros mas é verdade que se gastaram, e isso demonstra claramente que o nosso trabalho tem sido um grande trabalho.

Também tivemos uma grande pressão sobre as Águas do Vale do Zêzere e Côa por causa dos problemas que a ETAR da Cidade de Oliveira do Hospital nos dava. A ETAR é antiga e, por isso, foi feita uma grande modernização e foram investidos seiscentos e cinquenta e nove mil euros que foram comparticipados com 85 % do POSEUR mas não fomos nós o dono da obra.

Mas fomos mais longe: Conseguimos, através da Agência do Ambiente, como vocês sabem, através da hidráulica, e está a haver alguma polémica por causa disto, é a Promoção e a Requalificação dos Ecossistemas Ribeirinhos, por causa dos incêndios e também é um investimento, nós somos os donos da obra, mas não fomos nós que fizemos o projeto. O projeto é da Agência Portuguesa do Ambiente. A adjudicação que estamos a fazer vai no valor de quatrocentos e cinquenta mil euros, que é financiado a 100 % e a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital só paga o IVA.

Qual é o problema? Apareceram alguns problemas por falta da discussão mas quem fez este trabalho foram professores especialistas em hidráulica e ambiente da Faculdade de Arquitetura do Porto, e colocaram-se alguns problemas nomeadamente no Açude da Moenda em Alvôco.

O que é que eu fiz? Falei com o Presidente da Hidráulica que agora é Agência Portuguesa do Ambiente de Coimbra, Eng.º Nuno Bravo, e ao outro dia, para discutir estes problemas, estava cá o Eng.º Emídio que é o responsável e que acompanha estas obras para reunir com o Sr. Presidente da Junta, para reunir com quem quisesse para se encontrar soluções e para discutir o projeto, para ver o que é que está bem e o que é que está mal.

Quero também aqui anunciar, Sr. Presidente da Junta, que estarão cá os projectista esta semana para fazer uma reunião. Estará o Eng.º Emídio e estará também o nosso Eng.º Fernando Vicente para acompanhar estas obras para se encontrar melhores soluções.

Neste projeto de Promoção e a Requalificação dos Ecossistemas Ribeirinhos se tive algum mérito foi em arranjar os quatrocentos e cinquenta mil euros. Fui eu e os meus serviços do ambiente.

Foram propostos outros açudes que eles não os aceitaram e não fui eu que os escolhi quem fez a escolha dos açudes foi a Agência Portuguesa do Ambiente perante um número que há.

Já agora, falar numa situação que tem a ver também com as ETAR's novas que estão quase todas a entrar em funcionamento e que é um investimento de cerca de dois milhões e meio de euros.

Para levarmos a água ao Parceiro, Covão e Alentejo foram trezentos mil euros.

Acho que não há paralelo. Deixem-me dizer isto: Não há paralelo na história de Oliveira do Hospital que tivesse havido tantas obras como tem havido desde que eu sou Presidente. Isso teve a ver com a forma como encarei a luta e tem a ver com a negociação das próprias verbas. A Vice-Presidência da CIM também ajudou.

Quero dizer ao representante da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Joaquim Garcia, o seguinte: Estará cá na próxima terça-feira o Eng.º José Sardinha, que é o Presidente das Águas de Lisboa e Vale do Tejo e é o Presidente da EPAL e anunciará quando é que são feitas as ligações técnicas. Temos reivindicado muito porque, tal como disse, não faz sentido que as ligações técnicas não estejam feitas. Eles neste momento estão a elaborar os projectos e o Eng.º José Sardinha penso que anunciará agora a adjudicação aqui nesta cerimónia porque ele será uma das pessoas que vai discursar.

Depois outra nota sobre a Estrada Nacional 230 entre a Ponte das Três Entradas e Alvôco: Eu e o Sr. Presidente da Junta de Alvôco das Várzeas estivemos nas Infraestruturas de Portugal, com o Vice-Presidente, e prometeu-nos que a partir de junho faria o lançamento do projeto.

Na semana passada, por causa dos problemas que apresenta a Ponte das Três Entradas, tive uma reunião nas Infraestruturas em Coimbra, com o Sr. Presidente da Junta de Aldeia das Dez e não deixei de voltar a falar ao Eng.º Nuno Gama, que é o Presidente das Infraestruturas da Região de Centro, e voltei a colocar o problema da Estrada Nacional 230, e ele disse-me que em princípio estavam previstas as obras começarem em outubro. Estas são as informações que me foram dadas.

Outra nota que é relevante é o problema da estrada que desce da Catraia de São Paio para São Gião: Temos ali um problema que, na minha opinião, já o poderíamos e deveríamos ter resolvido e não podemos deixar entrar outro inverno com a estrada naquelas condições. Tivemos muitos problemas para encontrar uma empresa de estudos geotécnicos e especializada neste tipo de trabalho e só encontrámos uma. Adjudicámos este trabalho há muito pouco tempo. Acredito que quando chegarmos a setembro já temos esta obra feita, até

porque como esta obra está associada aos incêndios pode haver simplificação de processos.

Depois dar outra nota sobre o problema das limpezas das bermas das estradas que vários Deputados referiram: Não estou contente por ter o Concelho sem as bermas limpas. O espelho do Concelho também passa por aí. O que aconteceu foi o seguinte: Há pouco o João Esteves também falou nos dezasseis Assistentes Operacionais mas, destes dezasseis Assistentes Operacionais, alguns foram destacados para outros serviços e, se não fossem alguns colaboradores com Planos Ocupacionais que vieram da Fabrica de Madeiras que fechou no Ervedal, estaríamos ainda com piores condições nestas equipas de trabalho. Também não temos muitos funcionários na nossa estrutura para trabalhar com um motosserra e para deitar pinheiros abaixo e, por isso, temos que adjudicar este trabalho.

Nos incêndios de outubro de dois mil e dezassete arderam-nos dois tratores corta sebes, que também estão incluídos na candidatura dos prejuízos municipais, e só ficámos com um para trabalhar.

Por isso, só temos uma equipa para limpar as bermas e que neste momento estava a limpar as bermas na estrada que vai da Catraia de São Paio à Ponte de São Gião.

A limpeza das bermas teve algum atraso porque estávamos convencidos que iríamos ter estes três tratores corta sebes mas entretanto a contratação atrasou. Mais ou menos até quinze de julho teremos todas as vias limpas, eu não me estou a referir ao corte dos pinheiros. Todas as vias estarão limpas porque fizemos um conjunto de adjudicações e algumas equipas já estão no terreno. Penso que brevemente teremos os três tratores corta sebes e, na minha opinião, teremos que fazer o seguinte: As vias principais devemos lançar, gasta-se dinheiro mas devemos porque é a imagem do próprio Concelho. A limpeza das nossas aldeias é o nosso espelho. Hoje, na opinião pública, é mais importante ter as aldeias limpas do que fazer uma obra física.

Aquilo que estou a pensar é o seguinte: Nas vias principais sobretudo aquelas que têm mais movimento deve haver um concurso público e devem ser limpas duas vezes ao ano. Gasta-se mais dinheiro mas é dinheiro bem gasto, e não temos esta aflição de andarmos agora a fazer tudo à última da hora e até porque dá uma má imagem passamos numa estrada onde as silvas batem no nosso carro.

Reconheço que isto não correu bem, não tenho problema nenhum em admitir isso, é uma questão de honestidade. As coisas correram mal, e espero

que não corram mal para o próximo ano, mas a limpeza das vias principais tem que ser feita por uma empresa especializada e tem que se fazer a limpeza duas vezes por ano independentemente de querermos poupar.

Este ano houve uma altura em que éramos para lançar esta adjudicação para a limpeza das bermas das estradas e houve alguém que me disse que iria chover e passado pouco tempo a vegetação das bermas estaria com a mesma altura, e eu também concordei e, por isso, ninguém é mais responsável do que eu.

Sobre as obras que correm mal quero dizer o seguinte: Acho que o Deputado João Brito não é politicamente honesto por uma razão extremamente simples. Ele é Engenheiro de profissão e percebe muito bem o que pode acontecer nas obras.

Na obra da Escola Secundária o único crime que eu cometi foi ter arranjado a verba de um milhão e trezentos mil euros para a realização daquelas obras, e poderia ter-me afastado do processo, porque a Escola Secundária pertence ao Ministério da Educação. Foi esse o único crime que eu fiz!

Meus caros amigos, o Concurso para as obras na Escola Secundária foi complexo devido à titularidade dos terrenos porque o Ministério da Educação não tinha nada registado. Esta obra tem sido dolorosa e, perante algumas críticas mais injustas, às vezes, penso que valia mais ter estado quieto do que ter arranjado o dinheiro para a obra.

O que se passa, e não vale a pena andarmos aqui a enganar-nos, é o seguinte: Houve um Concurso Público que foi ganho por uma empresa. Essa empresa entrou em dificuldades financeiras e teve um plano especial de revitalização e neste momento a empresa não tem condições para realizar aquela obra.

A Câmara Municipal não pode resolver este problema de qualquer maneira porque isto tem normas: A Câmara Municipal para lançar um novo Concurso tem que ter a posse administrativa da obra e dirimir em tribunal as respetivas indemnizações ou fazer um acordo com a empresa.

Casa Amarela: A obra da Casa Amarela teve um Concurso Público, a obra foi adjudicada e sabemos todos quem é a empresa que ganhou o Concurso Público da Casa Amarela mas, a partir de uma determinada altura, o administrador da obra da Casa Amarela achou que havia lá uns trabalhos que eram considerados trabalhos a mais e os meus Serviços Técnicos não reconhecem esses trabalhos. Para resolver este problema já fiz umas vinte reuniões para arranjar soluções.

Neste momento os advogados de ambas as partes estão a elaborar um acordo para lançarmos novamente a obra.

Agora, querem responsabilizar-me porque uma empresa entrou em dificuldades mas, eu não sou o administrador de nenhuma empresa, eu sou o Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital e lanço os concursos.

Quanto à Casa Amarela, eu também sou sincero, nunca vou contra um parecer dos meus Engenheiros até porque eles têm razão e a empresa em algumas coisas também tem razão, e os meus Engenheiros também o reconhecem, mas a diferença prende-se com as verbas que estavam a ser pedidas.

Por isso, não me podem responsabilizar por estas duas obras não avançarem porque eu lanço os concursos dentro dos procedimentos legais e que demoram o seu tempo. Estes concursos nunca demoram menos de seis meses porque são processos que têm que ir ao Tribunal de Contas e depois se houver reclamações ainda demoram mais.

Acho que já respondi a muitas perguntas de forma transversal.

Queria também congratular as palavras do Sr. Presidente da Junta de Avô e do Sr. Presidente da Junta de Alvôco por causa dos galardões atribuídos às Praias Fluviais, nomeadamente a Bandeira de Praia Acessível e a Bandeira Azul.

Temos ainda outras Praias Fluviais muito interessantes nomeadamente a Praia Fluvial de São Sebastião da Feira e a Praia Fluvial de São Gião.

Para mim é um motivo de orgulho que a Praia Fluvial de Avô tenha pela primeira vez a sua Bandeira Azul.

Quero dizer aos Srs. Presidente de Junta que tenho uma vida muito ocupada mas estou disponível para os Srs. Presidentes de Junta.

Para responder ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira: Há aqui uma coisa que a Câmara Municipal não é responsável. A Câmara Municipal não é responsável pelas linhas de água. As linhas de água são da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente. O que nós devemos fazer é enviar cartas para lá para ver o que é que eles dizem porque são eles os responsáveis. A Câmara Municipal só pode atuar se a Agência Portuguesa do Ambiente nos autorizar e se a despesa não for para eles com certeza que nos autorizam.

A propósito da fibra ótica quero dizer o seguinte: Há aqui uma coisa que os Senhores todos sabem. A fibra ótica não é propriamente o Ministério do

Planeamento, o Ministério da Agricultura. A fibra ótica é uma empresa privada e eu não mando nessas empresas.

Há pouco tempo discuti este assunto com o CEO da Altice, Dr. Alexandre Fonseca. Nós estamos atentos e estamos a pressionar a Altice mas percebem que a resolução deste problema também não está na minha mão.

Há questões que já respondi aos Srs. Presidentes de Junta na reunião que efetuámos. Percebo e têm toda a legitimidade para me questionar aqui até para que os vossos Fregueses saibam que reivindicam as vossas coisas.

Relativamente à limpeza dos caminhos já disse que tem que haver uma nova forma de pensar e teremos que melhorar o nosso funcionamento porque em qualquer organização nunca devemos estar satisfeitos com aquilo que temos e devemos atingir objetivos sempre mais à frente.

Relativamente à Freguesia de Lagares da Beira, foi também aqui falado numa estrada que se encontra em estado miserável, talvez seja, neste momento, a pior estrada do Concelho, é a estrada entre os Bombeiros e a variante. Esta é uma das obras consideradas prioritárias porque esta estrada é a que está em pior estado no Concelho. Foi aberto Concurso esta semana para realizarmos esta obra. Sra. Presidente da Junta, fique descansada.

Também há uma estrada em Penalva de Alva que se encontra em muito más condições, é a estrada que liga Penalva de Alva à Carvalha, também estamos preocupados com ela.

Dentro da Cidade de Oliveira do Hospital também temos duas estradas em muito más condições, é a estrada entre a Casa Mortuária e a Rua Virgílio Ferreira e a estrada junto ao Pingo Doce que vai até à entrada do Hospital da Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Não gosto muito de falar do passado, mas também ninguém deve esquecer o passado porque nenhum cidadão sabe o que é sem saber o que foi o seu passado, e é muito melhor vivermos o presente e lançarmos os desafios.

É verdade que na política somos obrigados a falar do passado, e eu não gosto de recordar algumas coisas do passado porque isso já não conta, e porque qualquer dia o passado sou eu, mas tenho que dizer ao Deputado João Brito que sei defender-me. Tenho uma bancada com grande qualidade e agradeço as vossas palavras e, se calhar, nem precisava de responder ao Deputado João Brito mas vou responder-lhe, e não leve isto à letra porque o que está aqui em causa é o aspeto político: Sr. Deputado João Brito, é preciso ter lata e não ter vergonha nenhuma para fazer a intervenção que fez aqui. O Senhor querer responsabilizar-me na área da natalidade, é demais! Acho que o Deputado João

Brito dá-me uma importância que talvez eu não tenha e vou dizer-lhe porquê? Porque eu não tenho capacidade, como disse o Deputado Rui Monteiro, para impedir que ninguém morra e que todas as pessoas façam filhos como se fazia antigamente. Em minha casa éramos quatro irmãos e hoje tenho duas filhas e só uma é que tem um menino. Isto é só para compararmos.

Há aqui outra área que, numa perspectiva política, não posso deixar de falar, e eu não quero agredir ninguém, e lá vou eu ao passado que era aquilo que eu não queria: Não sei se o Deputado João Brito reparou que quando eu iniciei o meu mandato o Concelho estava atrasado cerca de vinte anos e nós estamos a recuperar. Tenho aqui uns dados para lhe mostrar: O concelho de Lisboa no ano de dois mil e nove tinha quinhentos e vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois habitantes e em dois mil e dezassete tinha quatrocentos e noventa e três mil, quinhentos e trinta e quatro habitantes.

Lisboa, que é a nossa capital, teve uma redução de população de 6 %. Eu também percebo, houve uma redução de população porque correram com a maior parte das pessoas do centro da cidade, e vão ter menos gente porque hoje as rendas de casa estão caríssimas e é por isso que nenhum jovem se fixa naquela área.

Em Oliveira do Hospital perdemos setecentos e cinquenta habitantes e, por isso, temos sido uns heróis.

Também não posso deixar de lhe dizer que o último Governo PSD/CDS, fez muitas coisas para as pessoas abandonarem as suas aldeias. Fez o Mega Agrupamento, a Sra. Deputada do CDS sabe que tínhamos uma dinâmica própria na Cordinha e que permitia fixar a população. Hoje nota-se um crescimento na Cidade de Oliveira do Hospital contra uma desertificação das aldeias.

Qual é o Concelho que é atractivo quando lhe retiram as competências num Tribunal?

Tivemos problemas enormes na área da saúde. Tivemos dezasseis mil pessoas sem médico de família e, por isso, é que ainda temos uma Unidade Móvel. Foi dramático.

Tivemos uma Escola Superior de Tecnologia e Gestão, e só não estou de acordo com o Deputado Rui Fernandes por uma razão: Ele disse que houve muitas forças envolvidas e eu diria que não. Mas tenho a certeza, e posso dizê-lo aqui com orgulho, que o Rui Fernandes foi uma das pessoas que ajudou a manter a Escola Superior em Oliveira do Hospital. Eu sei bem o quanto sofri! A Escola Superior de Tecnologia e Gestão foi o processo mais complexo que

tivemos para não deixar ir a escola embora. Hoje, nada disto está em causa, até porque há medidas deste Governo para promover as escolas no interior. Não eram os do PS que queriam fechar a Escola Superior mas também havia quem fosse do PS que queria, e que estava à frente do IPC, porque eu falo a verdade. E também lhe digo mais: Houve professores que deviam tudo à Escola Superior de Oliveira do Hospital e que se venderam para irem para as escolas de Coimbra e que eram coniventes no fecho desta escola. Esta é a história verdadeira da nossa Escola Superior.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão hoje existe porque havia um José Carlos Alexandrino que nunca se dobrou e que teve a ajuda do Rui Fernandes, que pertencia ao Conselho Geral, e do Dr. Fernando Páscoa, que já faleceu, que era o Presidente do Conselho Geral.

O Deputado João Esteves falou na necessidade de obras nos passeios, e é verdade que é preciso intervir, mas deixei-me dizer o seguinte: Em alguns loteamentos, foram pouco acautelados os interesses Municipais, e o Eng.º João Brito sabe isso muito bem e até sabe que eu não sou uma pessoa fácil quando acho que as coisas não estão bem, no que diz respeito às cauções.

Mas também tenho que dizer o seguinte: Houve quem libertasse cauções, e levasse o lucro para casa, e hoje a Câmara Municipal terá que fazer as obras do seu orçamento, porque libertaram as cauções de qualquer maneira e não defenderam o interesse Municipal.

Relativamente ao Parque de Estacionamento Junto à Iral quero dizer o seguinte: Um proprietário de um terreno confinante com o Parque de Estacionamento diz que tinha uma entrada por ali e os meus serviços reconheceram que era uma entrada mais pequena. Havia aqui documentos que realmente mostravam que havia uma passagem. Este processo com o respectivo parecer técnico foi discutido em reunião de Câmara e por isso deixámos uma passagem.

Também me preocupa a dispersão dos TIR na Cidade e esta obra que estamos a fazer não resolve o problema do estacionamento dos TIR mas junto à estrada vai haver um estacionamento para onze TIR. Como estamos a ampliar a Zona Industrial penso que seria importante fazermos um parque de estacionamento para os TIR.

Queria ainda falar sobre os prejuízos municipais causados pelos incêndios de outubro de dois mil e dezassete: Uma pessoa quer trazer as contas certas e às vezes não é sempre fácil. Nós tínhamos proposto dois milhões de euros, e que

eram para ser a financiados a 100 %, mas depois cortaram e foi-nos validado um milhão e oitocentos mil euros para os prejuízos municipais.

Agora fizeram um rácio e atribuíram o financiamento a 75 %. Ou seja, dão-nos um milhão e trezentos mil euros se nós gastarmos um milhão e oitocentos mil euros. Isto obriga-nos a uma ginástica financeira para metermos cerca de quinhentos mil euros do nosso orçamento. O que estava previsto para os prejuízos municipais era o financiamento a 100 %.

Esta verba foi validada em maio e temos que ter as obras feitas e pagas até trinta e um de outubro.

Já tive uma reunião com o Sr. Ministro, Nelson Sousa, para defender os Presidentes de Câmara e para dizer que não é possível realizar todas estas obras até trinta e um de outubro. O Sr. Ministro diz que são orientações de Bruxelas e por isso estamos a trabalhar a grande velocidade para lançarmos as obras no valor de um milhão e oitocentos mil euros. Estamos a lançar outro Concurso para a sinalização porque há ainda sinais que não estavam incluídos.

Como eu digo, de vez em quando temos que fazer alguma ginástica financeira e, como devem perceber, isto às vezes não é fácil.

Quero também responder ao Sr. Joaquim Garcia que colocou aqui uma pergunta importante: O Presidente da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira pediu-me para eu o ajudar a requalificar um Polidesportivo e o Sr. Joaquim Garcia reivindica para fazermos ainda um Polidesportivo em Nogueirinha porque está prometido.

É verdade, o Sr. Joaquim Garcia tem toda a razão e o povo de Nogueirinha tem toda a razão porque nós comprometemo-nos a fazer o Polidesportivo.

O Presidente da Câmara Municipal deve honrar os compromissos assumidos com os Srs. Presidentes de Junta, e não sei se precisaremos de pedir dinheiro, mas teremos que honrar os compromissos que fizemos com as populações. Nós também percebemos que as Juntas têm que dar contas daquilo que se prometeu e, por isso, a Junta de Freguesia pode lançar a obra porque já têm o projecto feito, os Serviços Técnicos apoiarão. A Câmara Municipal trará aqui à Assembleia Municipal de setembro, se já tiverem a adjudicação feita, a proposta de um subsídio porque o dono da obra vai ser a Junta de Freguesia de Meruge.

Na minha opinião devemos honrar esse compromisso que tem mais de dez anos. Temos que perceber que temos prioridades que têm a ver com compromissos assumidos e que eu gostaria de cumprir.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, estava à espera que a sua intervenção para responder a todas as questões que foram colocadas demorasse mais tempo. O Sr. Presidente teve um bom espírito de síntese e está a fazer progressos nesse aspeto.

Antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia quero dizer o seguinte: Gosto de ouvir políticos que são fiéis aos seus compromissos e infelizmente isso é uma das coisas que me desagrada na política em geral. Às vezes na hora de prometer promete-se muito e depois há dificuldades e muitas das vezes não se dá a cara nem se justifica porque é que não se cumpre e isso desacredita a política.

Acho que é importante fazer-se um esforço. É através desse esforço que se vai credibilizando a atividade política e captando pessoas para o exercício da atividade política que muitas das vezes está tão descredibilizada.

Acho que é importante que o nosso Presidente da Câmara e o Executivo tenha essa preocupação.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto I quero dar-vos só uma nota para vos esclarecer: Nos documentos que vos foram entregues está uma fatura por pagar que está relacionada com a eficiência energética que estamos a promover. Penso que o valor da fatura é de cinquenta e três mil euros.

Esta fatura é referente aos consumos energéticos do Pavilhão Municipal, onde estamos a gastar muito, é referente aos consumos energéticos da Câmara Municipal e também aos consumos energéticos da ESTGOH.

Pela análise dos documentos que vos foram enviados percebe-se que as contas estão equilibradas.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea t) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Memorando de entendimento entre

a Cidade de São Sebastião, Brasil e a Cidade de Oliveira do Hospital para estabelecer a relação de Cidades Irmãs.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero avisar que, se alguém está a pensar integrar a comitiva a São Sebastião, é melhor tirar daí as ideias.

Esta proposta de Memorando de entendimento entre a Cidade de São Sebastião no Brasil e a Cidade de Oliveira do Hospital está relacionado com o seguinte: Esta proposta foi muito interessante porque eu estava na BTL no Pavilhão da Comunidade Intermunicipal e apareceu lá uma Senhora a perguntar se estava alguém de Oliveira do Hospital. A Senhora falou comigo e disse-me que estavam na BTL a promover as praias da cidade de São Sebastião.

A Senhora chamava-se Adriana e disse-me que a sua avó era do Concelho de Oliveira do Hospital e que o seu irmão é o perfeito da cidade de São Sebastião que tem oitenta mil habitantes. Mostro-me fotografias da cidade e das praias.

A Sra. Adriana não sabia qual era a aldeia da sua avó e por isso ligou para o pai que entretanto lhe enviou a certidão de nascimento da sua mãe. A avó da Sra. Adriana era da minha Freguesia, mais concretamente da aldeia da Póvoa de São Cosme. A partir daí criámos uma boa relação.

Já cá estive a Vereadora responsável pelo Turismo e criou-se assim uma parceria. Agora penso que virá brevemente uma Comitiva e depois não sei se um dia irá alguém.

Todas as cidades têm muitas geminações mas nós só temos uma com São Tomé.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Não se perde nada e acho que é bom reforçar laços.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea t) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Memorando de entendimento entre a Cidade de São Sebastião, Brasil e a Cidade de Oliveira do Hospital para estabelecer a relação de Cidades Irmãs, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos da alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de revogação da deliberação tomada na Sessão da Assembleia Municipal de 28/12/2018 dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos da alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de revogação da deliberação tomada na Sessão da Assembleia Municipal de 28/12/2018 dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano., que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de verbas - Apoio às Freguesias - Investimentos de Capital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Acabámos de pagar às Juntas de Freguesia a tranche dos subsídios que foram aprovados para as despesas correntes e esta verba é para as despesas de capital.

Este subsídio foi alterado ligeiramente porque é um subsídio atribuído com a verba que recebemos do IMI que este ano foi distribuída de maneira diferente e, por isso, logo que tenha condições farei o pagamento às Juntas para que depois façam as suas planificações até ao final do ano.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Queria pronunciar-me em relação a este Ponto IV para dizer que vou votar favoravelmente porque todo o dinheiro para gerir a Freguesia é bem-vindo.

Gostava só de deixar um pensamento que ia nesta base: Gostava que se retificasse a fórmula porque esta verba que tem sido disponibilizada já na altura

era atribuída à Freguesia, e ainda não era União de Freguesias, e, por isso, talvez pudéssemos ajustar à realidade que é uma União de Freguesias. Não quero com isto dizer que tenhamos de tirar de outras Freguesias para dar à União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira quero meramente dizer que poderíamos actualizar a verba com mais uns euros porque eram bem-vindos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Todos nós concordamos com este apoio e também todos nós sabemos que este apoio neste momento já é pouco e que com este dinheiro algumas Freguesias já não conseguem fazer o que querem. Sabemos que algumas Juntas de Freguesia já vivem com algum sufoco porque este dinheiro permite-lhes apenas realizar algumas limpezas, poucas obras, pagar aos funcionários, pagar a luz e pouco mais e, nesse sentido, seria até de pensar em aumentar as verbas mas isso depende do Executivo e não depende do que nós todos gostaríamos.

Agora, o que me traz aqui é realmente o Protocolo que as Juntas de Freguesia têm que assinar com a Câmara Municipal e isto é que eu gostava de ver explicado, Sr. Presidente, porque o Protocolo que depois é assinado diz que *“A Freguesia no cumprimento do Protocolo, aceita a presente participação, consubstanciada na execução das obras/acções acima descritas e obriga-se a incluí-la nos seus elementos de gestão financeira, ...”*

Depois no ponto debaixo diz que *“A não execução das obras ou a alteração das obras/acções constantes no presente Protocolo apenas poderá ocorrer em casos devidamente justificados e aceites pelo Município.”*

Depois mais abaixo diz que *“A Freguesia, sem prejuízo da observância da legislação aplicável, é obrigada a submeter à apreciação da Câmara Municipal um projecto da obra sempre que a especificidade e/ou dimensão física e financeira da mesma o justifique.”*

Ou seja, o que estamos a fazer aqui neste momento é a passar o dinheiro para as Juntas e todos sabemos que o dinheiro que vai para as juntas não serve efectivamente para fazer obras porque as obras de dimensão é a Câmara Municipal que acaba por ter que as fazer ou por ter que as participar em grande parte.

Estando-se a dar este dinheiro com esta finalidade tira-se àquilo que as Juntas precisam que é para pagar muitas das suas despesas fixas que têm e que não têm outra maneira de as pagar.

Portanto, como a Junta está a assinar e a receber este dinheiro, e o Sr. Presidente está a dizer que já fez a transferência para as Juntas, eu pergunto: As Juntas de Freguesia já assinaram este papel?

As obras que indicaram efetivamente vão conseguir fazê-las e vão conseguir ficar com dinheiro para fazer o resto da gestão?

Parece-me que era importante justificar isto porque podemos estar aqui a dar um presente envenenado às Juntas e não é esse o nosso intuito e é realmente libertar as Juntas de fazer as obras que os seus Fregueses precisam e de dinamizar as suas Freguesias e sabemos que este dinheiro, muitas vezes, não acaba em obras e acaba noutro tipo de despesas correntes com as próprias Freguesias.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Temos que reconhecer que quem anda na política deve ter a noção daquilo que faz e daquilo que diz, inclusivamente quando se vem aqui defender determinadas questões.

Há uma coisa que os todos Presidentes de Junta têm obrigatoriamente que saber: Têm que saber fazer um orçamento no final de ano para o ano seguinte. Qualquer Presidente de Junta sabe quantos funcionários tem, quanto é que paga de luz, quanto é que paga de água, quanto é que paga para a Segurança Social. São uma série de despesas que têm de prever em Orçamento, tal como a própria Câmara Municipal tem que fazer, e obviamente também tem que definir as obras que em cada ano pode fazer, e não é as que quer fazer.

Obviamente que todos os Presidentes de Junta sabem isto e é por isso que eu não entendo esta intervenção do Deputado João Brito.

Todos nós entendemos mas ele nunca foi Presidente de Junta e, por isso, poderá falar assim porque pode não ter conhecimento da causa em si, e pode não ter conhecimento de como é que isto funciona nas Juntas de Freguesia. Admito que o Deputado João Brito não tenha conhecimento disto e até lhe dou este benefício da dúvida mas todos nós fazemos o Orçamento ao fim de cada ano.

Ao fim de cada ano sei quanto é que vou receber da Câmara Municipal para Investimentos de Capital, vulgo, investimentos, vulgo, obras. Obviamente que eu sei que aquele dinheiro, porque tem que ser assim, porque temos que o justificar e demonstrar à Câmara Municipal através do Protocolo, não o

podemos gastar em despesas correntes e temos que o gastar em despesas de capital.

O Sr. Deputado João Brito não sabe que isto é assim que funciona!

Posso dizer-lhe o seguinte: Da parte que me toca, obviamente que tenho um certo rigor na gestão dos dinheiros que me vêm à mão, e cada um tem que ter essa preocupação, logicamente. Também lhe posso dizer que a partir do momento em que a Câmara Municipal decidiu, para além daquilo que já anteriormente nos transferia em termos de receitas correntes e receitas de capital, dar-nos mais uma verba de dez mil euros para gastarmos onde quiséssemos, e que habitualmente nos dá em fevereiro.

Bom, posso-lhe dizer, Deputado João Brito, que de 50 % das verbas que o Município transfere para a minha Freguesia o dinheiro das despesas de capital tem sido sempre superior ao dinheiro aplicado em despesas correntes.

Portanto, isto é uma questão de gestão, isto é uma questão de saber gerir e os Srs. Presidentes de Junta sabem gerir.

Sr. Presidente da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, o Senhor tem que saber gerir, eu tenho que saber gerir e cada um de nós tem que saber gerir o pacote financeiro que a Câmara Municipal nos mete na mão. Temos que saber definir em cada momento o que é que vai para despesas correntes e o que é que vai para despesas de capital, na certeza porém que nas despesas de capital aquele dinheiro é para investirmos, e esse não podemos levar para despesas correntes e tem que ser mesmo para despesas de capital.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, nunca ninguém neste Município conseguiu fazer aquilo que o Sr. Presidente fez ao longo deste anos desde de que entrou para a Câmara Municipal relativamente aos Presidentes de Junta e às Freguesias. Até hoje não ouvi uma voz nestas Assembleias de nenhum Presidente de Junta a dizer que o dinheiro que o Senhor lhe passou a pôr na mão que era insuficiente. Claro que todos nós gostaríamos de ter muito mais, obviamente que sim, mas também sabemos como é que as coisas funcionam financeiramente na Câmara Municipal.

Agora, uma coisa é certa, saber gerir é muito importante e quem está a “contar tostões”, como estão os Presidentes de Junta nas Juntas de Freguesia, tem fundamentalmente que ter essa particularidade que é saber gerir “tostões” e saber onde é que vai aplicar o dinheiro, e não dever “dar o passo maior que a perna”. Se há obras que são de um volume financeiro maior obviamente que quem terá de as fazer, se puder, será a Câmara Municipal.

As verbas que vão para as Juntas de Freguesia para as despesas de capital têm que se saber gerir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“ O Eng.º Carlos Maia falou, e bem, e é verdade que temos que saber gerir “tostões”. A questão é que quando eu entrei para o Executivo da Junta, e o Sr. Presidente da Câmara também tem conhecimento disso, nós já tínhamos obras anteriormente adjudicadas. O Eng.º Carlos Maia não sabe, e obviamente não tem que saber, e o que diz está correto porque tem que haver gestão, mas quando entrei para a Junta eu comecei com menos doze mil e quinhentos euros de FEF. E digo-lhe mais, nós não temos contas para apresentar no Tribunal de Contas de 2017. Não me quero avançar, não quero dizer muito mais.

Não levo a mal, até porque tenho alguma consideração por si como tenho por todos, e gosto de falar a verdade.

Portanto, a realidade é esta, e fique a saber que ainda não foi há muito tempo que acionámos um mecanismo com uma conta caucionada na Caixa Agrícola para podermos pagar aos nossos funcionários. Eu nunca me encontrei em tal situação e, por isso, qualquer euro extra vai-nos aliviar e muito.

Obviamente que agradeço estes subsídios da Câmara Municipal porque são uma excelente ajuda, é uma visão muito boa por parte do Executivo em querer promover e dinamizar as Juntas de Freguesia.

Eu não tinha dados nenhuns para fazer o orçamento de 2018 e, por isso, o orçamento foi feito com uma base hipotética. Posso dizer que agora em 2019 já é um orçamento mais lapidado.

No futuro, quem ler esta ata, vai dizer que o Presidente da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira é um “bazaroco” porque não sabe gerir e a questão é que eu quando comecei o meu mandato não comecei a zero e comecei lá atrás.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui dizer que congratulo, mais uma vez, estas transferências de verbas que a Câmara Municipal tem feito desde dois mil e dez para as Juntas de Freguesia. Se não fossem estas transferências no âmbito dos Protocolos

assumidos com o Município de Oliveira do Hospital as Juntas de Freguesia teriam apenas dinheiro para pagar despesas correntes e salários.

Estas verbas fazem com que tenhamos independência para executar várias obras, designadamente no Parque Merendeiro do Senhor das Almas onde está um Parque Infantil e onde a junta de Freguesia recentemente gastou lá seis mil euros e também qualificou o edifício e os grelhadores que estavam totalmente degradados, e, se não fossem estas verbas, tínhamos que estar à espera que o Município as fizesse. Executámos também a obra no estradão da Ribeira que faz a ligação do Senhor das Almas para Nogueira do Cravo.

Estas verbas fazem com que tenhamos autonomia e façamos muros para suporte de estradas. Estas obras são feitas em articulação com o Município porque as obras não podem ser feitas sem autorização técnica.

O Sr. Presidente da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira está disponível para um ajuste e a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo também está disponível para esse ajuste, e uma vez que tem mais de dois mil habitantes, sete localidades, e temos uma diferença no subsídio de quatrocentos euros, e, por isso, também estaremos disponíveis com agrado para esse ajuste de verbas e para aumentar esse subsídio.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal sabe que na Freguesia de Nogueira do Cravo temos muitos caminhos, muitas estradas, muitos muros de suporte de estradas para arranjar. Temos a estrada do Senhor das Almas para Aldeia de Nogueira, entre o Bairro Dr. Vasco de Campos e a Rua do Eirô, que tem de ser requalificada e temos a estrada na rua da Mata em Galizes que liga à Estrada Nacional 17 até ao centro de Galizes que também necessita de ser requalificada. Estamos a falar de estradas onde passam centenas de pessoas diariamente.

O Sr. Presidente da Câmara já requalificou a Estrada que liga o Senhor das Almas a Nogueira do Cravo e a estrada de Nogueira do Cravo para a Bobadela, que era uma obra que estava prometida há muitos anos e que foi recentemente concluída e que muito me apraz.

Sei que não se pode fazer tudo no mesmo ano mas, Sr. Presidente, estaremos disponíveis para este ajuste para aumentar o nosso subsídio, se assim for possível, e para requalificar estas estradas.

O estradão da Ribeira é de vital importância porque não faz só a ligação entre o Senhor das Almas e o Vale Dona Clara e faz também a ligação ao Bairro da Gorma, em Nogueira do Cravo, e a Estrada Nacional 17, através da Quinta do Vale do Homem, e que pode ser uma alternativa a algum problema que haja na Estrada Nacional 17.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a sua honestidade política e a sua sensibilidade pessoal para a problemática do que é ser Presidente de Junta, ser Presidente de Junta de aldeias envelhecidas, e nos tratar a todos da mesma forma e com equidade. Tratar-nos com equidade acaba por ser difícil porque os factores que compõem a distribuição dos subsídios eventualmente poderão não ser justos mas isso é um outro problema.

O Sr. Eng.º João Brito, vai-me desculpar, eu não tenho nada contra si mas quero dizer-lhe o seguinte: Antes de me meter na política eu também pensava que ser Presidente de Junta era fácil mas depois de lá estar acho que é extremamente complicado. Poucas pessoas que estão aqui hoje como Deputados e que não fizeram esse papel que é extremamente importante não podem valorizar o que é ser Presidente de Junta.

Quem não desempenhou o papel de Presidente de Junta não pode valorizar o que é atender as inúmeras solicitações e as dificuldades financeiras que temos.

Antigamente os meus colegas Presidentes de Junta vinham para aqui pedir de chapéu na mão e, por isso, fica-vos mal porque quando vocês depois vão aparecer nas nossas Freguesias a falar em obras e a falar em projectos quando põem em causa tudo. Nós somos pessoas sérias e tentamos dividir as coisas de acordo com o que está estabelecido. Por exemplo, no ano passado eu não consegui fazer as obras do PPI na totalidade porque não consegui arranjar empreiteiros nem consegui ninguém que me fizesse os projectos de forma a poder lançar as obras mas felizmente já foram contratualizadas e estão terminadas. Isto não é tão fácil quanto parece.

Sr. Eng.º João Brito, não ponha em causa os Srs. Presidentes de Junta na generalidade. Pode haver um ou outro caso, que eu desconheço, mas acho que é complicado desvalorizar o papel que nós temos em prol do bem-estar das nossas Freguesias.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“No que diz respeito a este Ponto, concordo plenamente com a atribuição destes valores às Juntas de Freguesia, e acho que até é pouco e que devia ser

mais porque há muitas obras no Concelho que estão desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia e, por vezes, não têm os fundos suficientes para que possam executar essas obras e, por vezes, têm que lutar bastante até com o próprio Executivo Municipal para que as obras sejam aprovadas, às vezes são desígnios das populações e é uma luta constante que fazem.

Compreendo perfeitamente, nunca fui Autarca, nunca fui Presidente de Junta, mas sei as dificuldades que os Presidentes de Junta têm.

No entanto, aqui neste Ponto eu tenho umas considerações a fazer no aspeto da legalidade. Estive a analisar este Ponto, e estive a analisar a legislação que está adjacente, e o que é que eu vi. E queria tecer aqui algumas considerações que são o seguinte: No que diz respeito à atribuição de um apoio global de duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezasseis euros para investimento às Freguesias do Município foi proposto pelo Sr. Presidente à Câmara Municipal de uma proposta para submeter à Assembleia Municipal a atribuição desse valor que passo a citar: “ - *no respeito pelo preceituado legal e por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a esse procedimento, tal comparticipação financeira é titulada através de celebração de um Protocolo de Execução, conforme modelo constante do anexo II, a aprovar quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da Freguesia,*

Acontece que de harmonia com o preceituado na alínea j), do nº1, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, comete à Assembleia Municipal a competência para deliberar sob as formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.”

Tenho conhecimento que a Câmara Municipal já efetuou a transferência para as Freguesias da importância que aqui agora vem solicitar autorização sem ter consideração por este órgão deliberativo e ao arrepio da Lei, o que é grave, tornando esta proposta e deliberação meramente formal para complementar o ato já praticado.

A meu ver, os pressupostos para aprovação da execução de protocolos já foi revogado pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, no seu artigo 41º. Por isso, toda esta argumentação é ilegal porquanto esta Lei e o Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, vieram dar novo enquadramento a todos estes pressupostos contidos neste Ponto IV.

Sendo assim, a meu ver, esta Assembleia não devia votar esta proposta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Bem, queria dizer o seguinte: Eu nunca vi o Deputado João Esteves fazer uma figura tão má como neste momento, por uma razão, o Deputado João Esteves e também o Deputado João Brito, confundiram uma data de coisas. A primeira coisa é que eles confundiram o subsídio que foi pago e que passou aqui nesta Assembleia e que não deram conta. Deviam estar a dormir na altura que veio cá o subsídio para despesas correntes que é no mesmo valor e igual a este.

O subsídio para investimentos de capital foi transferido quando?

O que foi pago foi um subsídio igual que é para despesas correntes. O subsídio das Juntas é pago em três vezes.

Como é que eu iria pagar um subsídio sem ele ser aprovado pelo Órgão?

Isso é fazerem de uma pessoa, Sr. Deputado João Esteves, o que disse é uma coisa inacreditável. O Senhor disse que eu trazia aqui um subsídio ilegal porque já o tinha pago, você não sabe o que está a dizer, você e o seu chefe de bancada. Não sabe mesmo, vocês não sabem! Mas vocês estiveram cá e se não sabem deviam perguntar antes, por uma razão. Os Senhores lembram-se que em fevereiro veio aqui um subsídio de despesas correntes no mesmo valor deste?

Lembram-se, ou não? Eu pergunto-vos: Lembram-se, ou não?

Vocês lembram-se que primeiro veio um subsídio de cento e sessenta mil euros para as Juntas todas?

Esse subsídio foi pago quando, Srs. Presidentes de Junta? Foi em fevereiro. Foi o primeiro subsídio.

A seguir houve um subsídio para despesas correntes que foi aprovado em reunião de Câmara e depois transitou para a Assembleia. Depois de aprovado pela Assembleia foi pago.

O que é que eu estou aqui a trazer agora? É o último subsídio que é de despesas de capital que só vai ser pago, e eu até expliquei isso, e disse que isto até está ligado ao IMI e este costuma ser pago mais ou menos em outubro e eu quero ver se o pago em setembro, eu até disse isto!

Como é que vocês interpretaram que eu já trazia aqui uma coisa que já tinha pago e que já tinha feito sozinho. Isto é de quem não me conhece!

Primeiro, a Lei que o João Esteves referiu não revoga os nossos protocolos, e não revoga por uma razão, porque se as Juntas não aceitam as competências logo não as revoga.

Meus caros amigos, o que o João Esteves e o João Brito estiveram aqui a propor foi o seguinte: Retiro o subsídio da Ordem do Dia da Assembleia e não dou nada às Juntas de Freguesia e cada um faz as obras avulso que entender. É isso que os Senhores querem? Não, eu não quero isso!

Com a intervenção do Esteves eu até me arrepiei por causa da amizade que nutro por ele, e o João Esteves até costuma estudar bem estas coisas, mas a um amigo tudo se perdoa.

Hoje o Deputado João Brito na sua intervenção descobriu o caminho marítimo para a Índia, mas o caminho marítimo para a Índia já foi descoberto há muitos anos. Ele hoje descobriu o caminho marítimo para a Índia e eu vou explicar-vos porquê? Porque ele, quando era Vereador, votou sempre isto da mesma maneira como está hoje. Passados tantos anos como é que ele descobriu que isto não era bem assim, ou que deveria ser de outra maneira?

Agora vamos falar sobre o seguinte: A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, e é preciso dizê-lo, tem um fórmula clara para o cálculo das verbas a atribuir às Juntas de Freguesia. Se me perguntarem se eu concordo com ela eu digo que não.

Também quero dizer ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira o seguinte: Eu digo-lhe já, eu sou a favor da reformulação da fórmula e sabe o que é que vai acontecer? Se os outros Presidentes de Junta quiserem, a sua Freguesia vai receber menos verbas. Sabe porquê? Sabe quem é que está beneficiado com esta fórmula? Quem está beneficiado são as Uniões de Freguesia, e não tenha dúvidas disto, até porque, como nós éramos contra as extinções de Freguesias, passámos a tratar as Uniões de Freguesia como se fossem duas Freguesias, e é daí que vem o vosso ganho, e também lhe digo que estão criadas algumas injustiças.

Já várias vezes disse que os residentes de Junta se deviam reunir para reformular a fórmula. Esta fórmula foi proposta pelos Presidentes de Junta em dois mil e dez, e estão aqui alguns Presidentes de Junta que fizeram parte dessa negociação. Estou disponível para reunir com os Presidentes de Junta para vermos uma fórmula nova para o próximo ano.

Depois há outra coisa que é importante dizer: O subsídio das despesas de capital tem um objetivo claro enquanto a outra parte é para despesas correntes. Nas despesas correntes cada um gasta o dinheiro como quer e os Presidentes de Junta não têm que prestar contas à Câmara Municipal.

Relativamente às despesas de capital, às vezes, há Presidentes de Junta que não executam as obras que estão definidas e fazem alterações mas nunca

tiveram problemas com isso porque retifica-se o protocolo ou a verba transita para o ano seguinte.

Eu posso ter uma opinião, como os Senhores também têm sobre a forma como se gasta o dinheiro da Câmara, e também vejo algumas coisas e sei que as Juntas pagam com algum dinheiro dessas despesas e acaba por ser a Câmara que subsidia algumas coisas nas Juntas de Freguesia.

Ainda bem que é a primeira vez que este assunto se discute com alguma profundidade.

Por exemplo, os dez mil euros que foram dados às Juntas de Freguesia é para podermos libertar as equipas da Câmara Municipal que são precisas no terreno e que passam a vida a montar as estruturas para os eventos das Freguesias e com esta verba as juntas podem contratar pessoas para executar estas tarefas. Esta verba é para fazerem o que quiserem, podem fazer festas, podem fazer excursões, podem fazer livremente o que quiserem, mas eu também tenho opinião, também ouço, também me vão dizendo, e vejo algumas coisas, e às vezes também não concordo.

A Câmara Municipal faz um forte investimento nas Juntas de Freguesia e esse investimento rege-se por um princípio de equidade. Se há alguma coisa que distingue os meus mandatos é esta forma de tratar os Presidentes de Junta de Freguesia, acho eu.

Se vamos por aqui, gostava de vos ver a administrar as vossas Juntas só com o FEF e depois que andassem de volta do Presidente da Câmara para fazerem pequenas coisas. Acham que isso era justo? Acham que isso é democracia? Hoje ninguém conseguia administrar a sua Junta só com o FEF.

Deixem-me dizer o seguinte: Se não tivéssemos os prejuízos dos incêndios com certeza estaríamos em condições de dar mais verbas às Juntas, dignificando as Juntas porque é fundamental as Juntas de Freguesia na proximidade e é fundamental até tirar algum trabalho em relação à própria Câmara Municipal. Se as Juntas tivessem, por exemplo, o dobro disto vocês tinham outra autonomia, não precisavam de falar com o Presidente da Câmara e tinham outras coisas para fazer e vocês fariam essas iniciativas.

Porque Há aqui uma coisa que eu nunca farei, meus caros amigos, e digo-vos isto aqui: Antigamente, eu sou desse tempo e sei, havia bons Presidentes que eram tornados maus e havia maus Presidentes, que eram zeros, eram bons, e eu sei o porquê mas não vale a pena dizer o porquê.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Não estava à espera de viver um momento destes aqui na Assembleia e vou explicar porquê: Realmente o Sr. Deputado João Esteves pôs aqui em causa uma matéria de extrema sensibilidade.

Como é que era possível. A Câmara Municipal tem uma estrutura e um procedimento de preparação dos documentos e de garantia da solidez jurídica dos mesmos, e não é de agora, é de há muito tempo, e realmente não era possível vir aqui um documento que, de certa forma, seria uma cobertura de algo que já tinha acontecido, quando estão em causa distribuição de verbas, e não era preciso ser tanto dinheiro bastava que fossem umas dezenas de euros.

Acho que foi um momento difícil!

Já agora queria lembrar o seguinte: A Ata que temos aqui conosco, na página trinta e nove e quarenta, tem o Ponto VI. O Ponto VI foi aprovado por unanimidade e é referente à apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações.

Portanto, foi efetivamente a primeira aprovação. Mas, vamos lá ver uma coisa, acho que todos temos lapsos e momentos menos felizes. Esta para mim era uma questão impensável de acontecer!

Sabemos bem o escrutínio a que, felizmente, no País, as entidades públicas estão sujeitas quando está em causa a afetação e o dispêndio de dinheiros públicos.

Portanto não podia acontecer aquilo que o Deputado João Esteves aqui nos transmitiu.

Gostava muito de o ouvir para nos dar o esclarecimento do que é que o fez confundir.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Ouvi o Sr. Presidente da Câmara Municipal a falar, indignado. Acredito nele e sei bem que está indignado porque eu coloquei em causa inclusivamente o funcionamento dos serviços e o funcionamento da sua maneira de ser e a sua maneira de ver as coisas. Eu já o conheço há muitos anos e sei que não era capaz de fazer isso.

O que está aqui em causa é o seguinte: A informação que eu tive era que este valor tinha sido transferido nesta semana para as Juntas de Freguesia. A mim garantiram-me que era este valor que estava aqui e eu disse que não era possível. Se nós vamos à Assembleia aprovar esse valor para atribuir às Juntas como é que já o receberam antecipadamente. E foi por isso que fiz esta intervenção.

Se houve confusão foi da minha parte e alguém me induziu em erro porque sendo neste caso esta transferência de capital pois, com certeza que não estava correto. Eu achava que não estava correto e, por isso, é que eu vim aqui falar sobre esse assunto.

Agora, claro que pela explicação que me foi dada, e que eu concordo plenamente com ela, eu fui induzido em erro e, por isso, eu peço desculpa por esta minha intervenção.

De qualquer maneira, aquilo que eu disse na primeira parte da minha intervenção, mantenho e concordo plenamente com o que aqui foi dito e concordo com o auxílio às Juntas de Freguesia, nunca me opus, muito pelo contrário.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dar mais uma nota: O Esteves também reconheceu que acabou por pôr os serviços dos técnicos em causa, por uma razão simples. Não há nenhum subsídio que seja pago sem ter a deliberação de Câmara anexa.

Isto é: A Contabilidade não processa o pagamento de qualquer subsídio sem ter os documentos anexos provenientes do respetivo Órgão.

Na reunião de Câmara às vezes são ratificados subsídios de âmbito social que são atribuídos com carácter de emergência porque eu dou autorização para que seja pago e ratifico na reunião de Câmara seguinte e não tem havido problemas porque os Srs. Vereadores têm aprovado estes subsídios por unanimidade.

Nenhum subsídio atribuído pela Câmara Municipal pode ser pago pela Contabilidade sem ter os devidos documentos de suporte, como por exemplo a Ata da Assembleia Municipal e a Ata da Câmara Municipal.

Eu aceito o pedido de desculpa, não há problema nenhum.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º

1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de verbas - Apoio às Freguesias - Investimentos de Capital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Revisão do Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta de Revisão do Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade tem a ver com a simplificação de um conjunto de matérias. Este subsídio não é para pessoas com fracos recursos financeiros e deve ser um subsídio de Incentivo à Natalidade igual para todos.

Esta simplificação para determinadas matérias vem sobretudo da experiência e da prática.

O Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade determinava que para se ter acesso ao subsídio as pessoas tinham que estar recenseadas há um ano e, agora, com esta revisão propomos que as pessoas têm que estar recenseadas à data do nascimento das crianças.

O subsídio era pago mensalmente e eram conferidas todas as faturas. Este subsídio também está relacionado com a economia local. As pessoas são obrigadas a apresentar as faturas e as despesas têm que ser feitas no Concelho de Oliveira do Hospital e têm que ser despesas relacionadas com a criança. Só se podia comprar fora do Concelho os medicamentos ou as consultas de um médico especialista. Neste momento já apoiámos mais de oitocentas crianças. É um trabalho gigantesco.

Esta proposta de revisão é só para simplificarmos os processos e para tornar mais justo este Incentivo à Natalidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente esta proposta de Revisão do Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade.

Tendo em conta a conversa que tem havido aqui na Assembleia quero dizer-vos que em Avô neste ano, até agora, faleceram treze pessoas e só houve um único nascimento.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de fazer uma precisão relativamente ao que aconteceu há pouco porque o Deputado João Brito emitiu algum juízo de valor sobre a intervenção de alguns Deputados, inclusive da minha. Tenho pena que o Deputado João Brito não esteja aqui neste momento mas já vai sendo hábito.

Gostaria de dizer que sei bem de que lado estou, e estou do lado que quero. Como é público e notório o meu projecto é o projecto do Partido Socialista. Nessa medida, o Deputado João Brito vem aqui fazer alguma crítica, ou dizer alguma coisa com a qual eu não concorde, eu tenho todo o direito de vir aqui e dizer aquilo que considero com o máximo respeito por todos.

Relativamente a este Ponto V, vou só dedicar-me brevemente à questão de ter deixado de haver teto para os rendimentos: De facto, é isto que distingue uma política de Ação Social de verdadeiro apoio à família e à natalidade.

É verdade que enquanto alguns criticam o Executivo pelos problemas de demografia, de facto, há ações concretas que tendem a inverter esta situação.

Agora, uma coisa é certa, e não podemos deixar de referir isso, esta medida só é possível porque o Município é sustentável.

Não podemos esquecer, neste momento, que há uns tempos atrás andámos aqui a votar a participação do Município no IRS, e é isso que hoje permite políticas de restituição de riqueza e apoiar este tipo de políticas.

Estou extremamente curioso para saber qual vai ser o sentido de voto do PSD neste Ponto V. Depois até gostaria de saber as razões do sentido do voto e perceber algumas incoerências porque, de facto, o PSD foi contra essa participação do Município no IRS.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Naturalmente que esta proposta de alteração do Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade vem ao encontro das novas políticas da natalidade. No País há uma realidade nova no recenseamento eleitoral, e não sei se já se aperceberam disso nas últimas Eleições Europeias: A qualquer momento podemos recensear e podemos votar antecipadamente.

São alterações extremamente importantes para a nossa vida política e pública em comum.

Este incentivo à natalidade permite também o incentivo à fixação de novos casais em Oliveira do Hospital.

No meu entender, este subsídio, em vez de ser de pagamento mensal, devia passar a ser de pagamento trimestral porque é importante para os serviços camarários, por causa do controlo das faturas, e é importante também para quem recebe o subsídio na apresentação dos papéis.

Relativamente a este Ponto V só posso dizer que vamos votar favoravelmente, e venham mais iniciativas destas.

Um dos grandes incentivos à natalidade é vivermos melhor no nosso País, ganharmos todos melhor, e as nossas empresas pagarem melhor aos seus trabalhadores, isso é que também é importante.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Revisão do Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade, que foi aprovado por unanimidade.

Depois foi apresentado e discutido em conjunto o seguinte Ponto da Ordem do Dia:

Ponto VI - Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências).

a) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de não aceitação da transferência de competências relativas à Saúde (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro), sem definição do prazo limite e bem assim em relação à Educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

b) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aceitação da transferência de competências relativas à Saúde (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro), e bem assim em relação à Educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), para as entidades intermunicipais (CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra).

c) Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de recusa, para

2020, da transferência de competências nas áreas de habitação (Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro); vias de comunicação (Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro) e património imobiliário público sem utilização (Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro), Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos (Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro) e Cultura (Decreto-Lei n.º 22/2019).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à delegação de competências, a Câmara Municipal ainda não tem estrutura, nem está preparada, na minha opinião, para receber todos estes funcionários que ficariam ligados à Câmara Municipal. É uma questão de mais tempo.

Depois, as competências que estamos a aceitar em nome da Comunidade Intermunicipal não são as mesmas, e também não estamos a transferir pessoal para a Comunidade, são outras competências, como pareceres, construção de escolas e, por isso, são coisas diferentes.

A última alínea deste Ponto VI é referente àquelas competências que nós já rejeitámos aqui para o ano de dois mil e dezanove e agora estamos a rejeitá-las para dois mil e vinte. São as mesmas que rejeitámos e não aceitámos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências).

a) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de não aceitação da transferência de competências relativas à Saúde (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro), sem definição do prazo limite e bem assim em relação à Educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências).

b) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aceitação da transferência de competências relativas à Saúde (Decreto-Lei n.º

23/2019, de 30 de janeiro), e bem assim em relação à Educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), para as entidades intermunicipais (CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra), que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências).

c) Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de recusa, para 2020, da transferência de competências nas áreas de habitação (Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro); vias de comunicação (Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro) e património imobiliário público sem utilização (Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro), Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos (Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro) e Cultura (Decreto-Lei n.º 22/2019), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim
_____ Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____